

gerais

Da galeria de arte à auditoria militar

Ele chegou um pouco tímido e bastante nervoso. Parou diante dos membros do Conselho Permanente da Justiça Militar de Juiz de Fora e iniciou suas respostas, ora pensativo, ora com firmeza. Como é de costume antes de qualquer coisa leram-lhe a denúncia feita pelo promotor Joaquim Simeão de Faria: "Acusado de tornar possível a divulgação de uma mensagem altamente subversiva".

Um quadro de meio metro quadrado é o "crime" pelo qual está sendo processado Lincoln Volpini Stalor, 24 anos, universitário residente em Belo Horizonte. No meio da pintura, intitulado "Pênhor da Igualdade" há uma foto de uma criança trepada num tronco de árvore caído no mato batido, e ao fundo, aparece a inscrição num muro "Viva a Guerrilha do Pará - 73", cena real de uma esquina da capital mineira. Para ser identificada, a frase exige bastante fixação da vista. Sobre a foto, transversalmente foi presa uma corda de bacalhau fina, com quatro nós, cujas extremidades estão coloridas de verde e amarelo. Um losango branco em relevo completa a cena, lembrando a bandeira brasileira — no círculo do meio há um ponto de interrogação no lugar onde normalmente fica a frase "Ordem e Progresso".

A obra foi inscrita no IV Salão Global de Inverno, uma promoção da Rede Globo de Televisão com apoio do Ministério da Educação e Cultura. Recebeu o

prêmio de aquisição e foi exposta no Palácio das Artes, a mais requintada casa de espetáculos da cidade, onde ficou uma semana até ser apreendida pela Polícia Federal, que abriu o inquérito.

Os membros do júri, contratado pela Rede Globo, acabaram também indiciados no processo: Mario Cravo Júnior, Caribé, Rubens Gerschmann e Frederi-



co Morais, renomadas personalidades ligadas às artes plásticas. No interrogatório, todos eles negaram que tivessem visto o quadro antes, o que levou o promotor a pedir que fossem ouvidos novamente.

Todos os membros foram, então, unânimes em afirmar que não se preocupavam com "literarismos" ou "conotações políticas", sempre que chamados a analisar a obra perante os juizes. Disseram que qualquer análise teria de ser feita dentro dos critérios artísticos, levando-se em consideração apenas as características de equilíbrio, estética, composição e harmonia das cores. Foram unânimes em afirmar também que o quadro não os sensibilizava. Mario Cravo chegou mesmo a apelar para seu tratamento com o Dr. Hilton Rocha, o maior oftalmologista do país, para dizer que não conseguia identificar a frase.

Por outro lado, sem conseguir realizar qualquer trabalho artístico nos últimos meses, por encontrar-se perturbado com o julgamento, Volpini foi o único que defendeu a idéia de ser o quadro uma obra com conotações sociais. Para ele, o losango representa a população brasileira. A criança era a parte, pobre dessa população, e os nós da corda os entraves a que está sujeita, como por exemplo, o grande número de filhos, a falta de assistência e de trabalho, entre outros problemas sociais. (Xico Teixeira, de Juiz de Fora).

O protesto nos dez anos da morte de Edson Luiz

A morte de Edson Luiz, estudante carioca baleado pela polícia durante uma manifestação no Restaurante Calabouço, no Rio, em 1968, será comemorada com um "dia de luto e protesto", em vários estados, no próximo dia 28 de março — conforme deliberação da **Comissão Nacional pró-UNE**, formada por entidades estudantis de todo o País, que reuniu-se, recentemente. As mobilizações universitárias estendem-se também em memória de outro estudante, Alexandre Vanuchi Leme, "morto em 17 de março de 1973 nos órgãos de repressão, São Paulo", e das "demais vítimas da repressão".

Num manifesto divulgado recentemente a Comissão relembra que em am-

bos os casos, o movimento estudantil respondeu com protestos: greve nacional e a famosa "passeata dos cem mil", em 1968, e a missa na Catedral da Sé, com cinco mil pessoas, em São Paulo, em 1973. "Estamos lembrando os dois estudantes, que não são heróis, são história de nossa luta. Por isso estamos lembrando e protestando. Não só pelos companheiros que foram mortos, mas por toda a repressão que sofre o povo brasileiro", diz o manifesto.

Essa comissão visa organizar o movimento estudantil para criar as condições de reconstrução de uma entidade nacional representativa do conjunto dos estudantes.

Metalúrgicos de BH terão nova assembléia

Embora continue afirmando que sua proposta foi a vencedora na maior assembléia de metalúrgicos realizada em Belo Horizonte, desde 1968, a direção do sindicato da categoria pretende convocar novo encontro para debater a campanha pela reposição salarial, para o dia 12 ou 19 próximos. O motivo não foi revelado, mas ao que tudo indica, encontra-se no artigo 524 da Consolidação das Leis de Trabalho, que exige escrutínio secreto para que as deliberações das assembléias sejam válidas, quando se tratar de "pronunciamento sobre relações ou dissídios de trabalho" entre outros casos.

Apesar das pressões que vem sofrendo, como ameaças de demissões e até mesmo uma dispensa já efetuada, os trabalhadores que fazem parte da Comissão de Divulgação da campanha cresceram em organização nas duas últimas semanas e poderão mesmo impor a primeira derrota de João Silveira, o dirigente que permanece há nove anos à frente da entidade e que no último encontro saiu escotado e vaiado, sob a acusação de "pelego e traidor".

Quatro dias depois da movimentada assembléia, a diretoria do sindicato divulgou nota oficial reafirmando a vitória de sua proposta para a luta pela reposi-

ção salarial, isto é, abertura imediata de uma ação judicial, sem qualquer mobilização de base. Depois de acusar os membros da Comissão de tumultuar a Assembléia e afirmar que a categoria "não pode ficar prejudicada pela ação predatória de uma minoria obstinada e radical", os dirigentes sindicais anunciaram que não mais vão se reunir com eles.

O boicote à ação da comissão começou em seguida. No dia 20, ao chegarem para a habitual reunião das sextas-feiras, os metalúrgicos encontraram a sede totalmente fechada. Reuniram-se lá fora mesmo, sem luz praticamente nenhuma e em absoluta precariedade. Os quarenta operários presentes votaram uma proposta de divulgação de uma nota que denunciasses as medidas da diretoria e esclarecesse a toda a categoria sobre a realidade dos fatos. Na sexta-feira seguinte, as portas continuavam fechadas para a comissão, e suas discussões tiveram que ser feitas nas arquibancadas da quadra de futebol do salão. Apesar do Sindicato dos Jornalistas ter cedido suas instalações para o trabalho, os metalúrgicos prosseguirão na tentativa de liberar a sede da própria entidade na cidade Industrial. (Cobertura de Paulo Barcala).

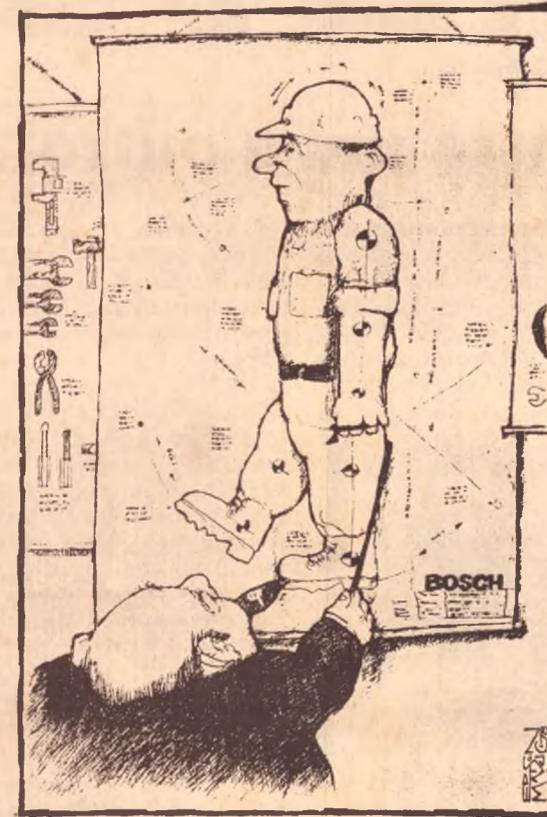


Tempos Modernos

A empresa Robert Bosch do Brasil Ltda., em Campinas (SP), utiliza uma "Tabela de Tempos Normais" para assegurar o máximo de eficiência possível no seu processo de trabalho. Com um unidade de tempo (TMU) — uma hora dividida em 100 mil partes — determina-se todos os movimentos e o seu tempo "normal", "cientificamente imposto" pelos técnicos que assessoram a diretoria de produção.

Assim, por exemplo, para "inclinar, abaixar, ajoelhar sobre um joelho" o operário dispõe de 29 TMU, ou seja 1 segundo; ou ainda, cada passo (com peso) deve ser executado em 17 TMU, ou seja, menos de um segundo.

E assim todos os movimentos dos operários, desde a sua entrada na fábrica são controlados e medidos como se fossem engrenagens das máquinas. Quem não se enquadrar é considerado incapaz e desligado do emprego. (R.B)



Um prêmio Esso para a imprensa nanica

Pouco mais de um ano após ter deixado de circular, por dificuldades financeiras provocadas, entre outros fatores, pela invasão e depredação da sede por dez homens armados de metralhadora, o jornal nanico "Boca do Inferno", de Salvador, recebeu o Prêmio Esso de Melhor Reportagem, categoria regional do Nordeste.

De autoria de Luiz Pontual e Rose Genevois, "A Cerca" é o título da reportagem, na qual Jovelina Pereira, uma posseira residente na cidadezinha de Muquém dá um testemunho contundente das desventuras diárias de quem, como ela, que apenas o direito de posse do que de fato lhe pertence; a terra onde trabalha. Ela conta suas andanças paucianas em Brasília, das cartas enviadas

às autoridades: "a justiça morreu afogada no São Francisco ou foi no mar", indagava ao presidente Geisel.

"Boca do Inferno" circulou apenas três números e chegou a vender dez mil exemplares. "A Cerca" fazia parte da última edição. Quando preparava para lançar o quarto número, todo dedicado às eleições municipais de 76.

A grande imprensa de Salvador nada comentou da premiação. Não era para menos, pois nunca colaborou efetivamente para a sobrevivência de "Boca do Inferno", negando-lhe sucessivas vezes rotativas e papel para impressão. Além disso, grilagem de terras não é tema de prestígio nas pautas desses jornais, bem como os problemas agrários da Bahia em geral.

Os bancos no país das maravilhas

"Nei Silva (MDB), prefeito de Campos Gerais, em Minas, procurou o ministro Mário Simonsen para pedir a criação de uma agência do Banco Brasil em seu município, um dos mais promissores centros cafeeiros do Estado.

E qual foi a resposta do ministro?, perguntaram-lhe. Ele disse que vai estudar, após nos lembrar sua condição de acionista da empresa Gomes de Almeida Fernandes, responsável por um projeto agrícola para café na região?" (Folha de São Paulo, 26/1/78).

Nosso ministro, além de acionista da Gomes de Almeida, o é também do Banco Bozzano-Simonsen. No entanto, isto não é um privilégio seu. O prefeito de São Paulo, Olavo Setubal, saiu direto da direção do Banco Itaú para a direção da capital paulista. Paulo Egídio, para não ficar para trás, deverá ir da direção do Estado de São Paulo para a direção de um novo banco, criado pela fusão do Comind (do qual Paulo Egídio é um dos maiores acionistas) e do Mercantil, e que será o segundo maior banco privado do país. A família de Angelo Calmon de Sá é proprietária do Banco Econômico, que deu um tombo na praça de quase 200 milhões de cruzeiros. Para não deixar faltar as instituições às quais o Banco Econômico não pagou, o governo emprestou-lhes o dinheiro à juros de

12% ao ano. Sem correção monetária. Na ponta do lápis, a brincadeira custou ao tesouro mais ou menos 100 milhões de cruzeiros ao Tesouro. Cada um de nós morreu com quase um cruzeiro (supondo que todos cidadãos pagassem impostos), e o banco do ministro embolsou 200 milhões.

Como se vê, a aristocracia financeira está bastante próxima ao poder em nosso país. Mas, como dirão os economistas do governo, isto não tem nada a ver com o fato de que o único setor que não sofreu restrições com a recente "desaceleração" de nossa economia foi o bancário. Assim, para um capital de 2,5 bilhões, o Bradesco teve um lucro de quase igual importância. Cem por cento de lucro ao ano, é coisa que quase nenhum agiota consegue. A taxa de lucro dos outros bancos, gira em torno dos 50%. Mas na verdade, devido aos regulamentos da nova lei de Sociedades Anônimas, os criativos contábeis para a avaliação do lucro foram modificados, permitindo que os bancos diminuíssem bastante seu lucro oficial — mas não o real, evidentemente. Com isto não só o imposto sobre o lucro (30%) diminui, como também, devem pensar os banqueiros, se amaina a irritação de uma nação cansada de assistir aos abusos do poder econômico.

Eduardo Abremo.

O dom Quixote do consumidor

Um dos grandes mitos do neocapitalismo — a defesa do consumidor — acaba de sofrer um duro golpe no Rio Grande do Sul. Um atrevido entre o delegado regional substituído da Sunab, Jurez Almeida, e o presidente da Associação de Proteção ao Consumidor — APC —, Renato Mottola, serviu para que o público, através dos jornais, ficasse sabendo das verdadeiras funções destas entidades.

Primeiro foi Mottola que, descontente com o deslocamento dos fiscais da Sunab para as praias durante o verão, acabou por denunciar as incriáveis deficiências da autarquia. Para cumprir sua função de fiscalizar os preços dos gêneros de primeira necessidade, a Sunab conta com cerca de 50 fiscais em 232 municípios gaúchos. O que representa, segundo cálculos otimistas de Mottola, uma deficiência de pelo menos 150 fiscais. Com o deslocamento para as praias, por exemplo, sobram dez fiscais para atender todo o interior do Estado.

O delegado substituído da Sunab — o titular estava viajando — não perdeu tempo. Reuniu os repórteres para denunciar o que chamou de "oportunistismo" de Mottola. Revelou que o presidente da APC é nada mais, nada menos, do que o procurador do Grupo Vontobel — fabricante e distribuidor de refrigerantes no estado, inclusive da Coca Cola. E foi mais além, dizendo que a maioria das denúncias feitas pela APC visam prejudicar os grupos concorrentes dos patrões de Mottola.

O assunto foi esfriado com a volta do titular da delegacia regional da Sunab, coronel Ivo Lopes. E assim ninguém ficou sabendo qual será o futuro do acordo operacional entre as duas entidades que já durava dois anos. Mas ficou evidente o papel da "aparentemente quixotesca" APC, integrada num sistema que se desenvolve exatamente no sentido contrário de seus objetivos, ou seja, o da máxima exploração do consumidor. (Marcelo Lopes)

FINAIS

RUSH/ Por conta do atraso de pagamento de seus salários, os trabalhadores da Empresa de Ônibus Municipal do Rio de Janeiro paralisaram suas atividades na manhã da última quarta-feira. Na hora do rush, apenas metade dos ônibus estava em circulação. O DPPS entrou logo na jogada prendendo 15 motoristas e um fiscal.

PS/ Reunidos no último sábado, numa dependência da Universidade Católica de São Paulo, cerca de 200 universitários representantes de entidades e grupos estudantis de Brasília, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, debateram e aprovaram a criação de um Comitê pró-lançamento de um Partido Socialista no Brasil. O Comitê, que conta também com a participação de jornalistas da revista "Versus", além de outros convidados, deverá — em breve — publicar um manifesto sobre os objetivos da campanha.

URÂNIO/O governo holandês, antecipando uma derrota no parlamento, encerrou o fornecimento de urânio enriquecido ao Brasil. A oposição e (agora) também o governo querem maiores salvaguardas à utilização pacífica do material, além daquelas "extraordinárias" que o Brasil já oferecera (ver EM TEMPO, nº 1, pág. 2). Do contrário, diz a Holanda, corre-se o risco da Alemanha — através de cooperação com o Brasil, África do Sul e Irã — se tornar uma potência com armas nucleares, e "nosso maior receio — da Holanda — é que um governo conservador substitua a social-democracia alemã".

SEQUESTRO/ Armados de metralhadoras, vários "agentes de segurança" invadiram na madrugada do último dia 26, a casa de Diomedes C. Silva, Paulo S. P. Barros e Fania Fredman, estudantes do COOPE (Rio de Janeiro) e os levaram presos. Os estudantes foram submetidos a interrogatórios até às 18 h do dia seguinte.

FIGUEIREDOS/ O escritor-poeta Guilherme Figueiredo visitou seu irmão, o general-candidato João Batista Figueiredo, chamando-o a abrir a boca: "é importante que um candidato à presidência da República, mesmo numa eleição indireta, se sinta propriedade do povo, na medida em que o povo tem o direito de ver como ele é". Oh, poeta!

BRIZOLA/ Anistia segundo Brizola: "Trabalhamos para a reconciliação nacional... por uma anistia ampla, não como um perdão, porque não há o que perdoar, mas pelo esquecimento, o desarmamento geral dos espíritos através de uma anistia ampla para perseguidos e perseguidores... não deve haver espírito de vingança" (Portugal, Janeiro de 1978).

FREGUESIA DO Ó/ "Dizem que São Paulo é a cidade que mais cresce; só que aqueles que a constroem não têm casa, transporte, esgoto etc." — em resumo, foi esta a conclusão da reunião de moradores de 14 vilas e bairros da Freguesia do Ó, no último dia 25, no Centro Comunitário do Jardim Vista Alegre. A situação daquela área não foge à regra da periferia paulistana, onde a falta de água, esgoto e transporte e outros requisitos mínimos de infraestrutura são a característica. Os moradores reunidos formaram três comissões para lutar por seus direitos.

MAESTRO/ Vitor Bortolucci Júnior, músico e compositor, morreu no último dia 21, vítima de um desastre automobilístico no interior de São Paulo. Vitor dedicava-se à pesquisa de uma música popular mais próxima da realidade dos bairros periféricos, e — com sua arte — colaborava com vários grupos de teatro popular, essencialmente o "União e Olho Vivo".

MORDOMIA/ A Câmara Municipal de Campinas (SP) tem uma folha de pagamento de Cr\$ 1.460 mil, e alguns funcionários faturam ali nada menos de Cr\$ 80 mil mensais, sob a rubrica de "altamente qualificados". O Presidente da Casa, Carlos Scalforo (do MDB, tanto quanto o prefeito Francisco Amaral), acumula o cargo de vereador com o de funcionário da Câmara, sendo classificado como Coordenador-Chefe de Assuntos Culturais (?). A situação chegou a um tal nível de escândalo que acabou sendo denunciada pela Comissão de Finanças da Casa, tornando-se objeto de estudo de uma Comissão de Inquérito.

BARREIRO/ Mais de 400 moradores de Barreiro de Cima, em Belo Horizonte, reuniram-se domingo passado para discutir o problema dos péssimos serviços prestados pela única empresa de transportes coletivos que serve a região. Ao final, deliberaram encaminhar às autoridades um abaixo-assinado que expõe suas reivindicações, e que já conta com 7.200 assinaturas.

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Gisela Coccena, João Batista Marex Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Otto J. Mattos Filgueiras, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Canuto.

DIRETORES: Antônio de P. Prado Jr., Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Bernardo Kucinski (Chefe de Redação).

EDITORIAS: **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Marion Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Eliezer Rizzo; **Nacional:** Tibério Canuto (editor), Maria Moraes, Rui Faicão, Eduardo Fernandes, Carlos Savério, Carlos Moreira, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Antônio Roberto Spínosa, Cecília Garçon, Flávia Rezende; **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehi, Sérgio Squitani (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Cláudio Camargo, Fátima Diniz, Na-

dine Habert, Sérgio Rodrigues, Demétrius Magnoli, Gilberto Morgado; **Arte:** Eurico Ugaya, João Bosco L. Brandão, Luiz Augusto Bicalho Kehi, Nelson Cordelle, Niels Andreas, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi; **Arquivo-Pesquisa:** Silvestre Prado, Vera L. L. Soares, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Peltozo, Celso Lellis, Laerte Sodré Jr., Rita Spínosa.

SUCURSAIS — Brasília: Marco Antônio, Marina Juarez, Nelson Penteado, Paulo Fone, Rita de Cássia; **Recife:** Orlando Mindelo, Paulo Magalhães, Sérgio de Souza (administração e coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatru, Virginia Botelho (redação), Alzira Medeiros, Cecy Prestreilo, Hilton Almeida, Marina Lima, Pedro Moreira, Riva Nogueira (distribuição); **Belo Horizonte:** Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira,

João Antônio de Paula, João Machado, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régia, Paulo Barcala, Paulo Vilar, Ricardo Rebelo, Sérgio Assapan, Virgílio Guimarães, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração); **Curitiba:** Carlos Ruggi, Eliza de Oliveira, Reinaldo Atem; **Porto Alegre:** Ana Barros Pinto, Géron Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Meneses, Marcelo Matiz, Marcelo Lopes, Paulo Fogaca, Rejane Fernandes; **Salvador:** Adelmio Oliveira, João Henrique, Linahva Maria, Oldack Miranda; **Rio de Janeiro:** Adauto Novais, Ana Maria Mandim, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Berta Sichel, Clotilde Haasemann, Elio Brauna Filho, Luiz Arnaldo Campos, Marcelo Barba, Marco Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Paulo César Araújo, Ricardo Lessa, Ruth Joffly, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas (redação), Alan de Albuquerque, Cláudio Câmara, Jorge Ricardo Gonçalves, Olga de Assis, Orlando Guilhon, Raimundo Teixeira, Regina Braga; **SÃO PAULO:** **RECIFE:** **RECIFE:** Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabino, Pedro Mansur, Vito-

tor Martins; **Campinas (SP):** Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Reinaldo Barros.

ADMINISTRAÇÃO — (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edmur Gomes, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, José Nadai, Nisio Sérgio Diniz.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcia Ramos de Souza.

Director-Responsável: Robinson Ayres. **EM TEMPO —** nº 2 — fevereiro de 1978 — publicação da Editora Aparte S/A, rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo-Horizonte) **Redação:** rua Álvaro Annes, 43 — Pinheiros (São Paulo). Composto e impresso nas oficinas da PAT — Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros (SP) — Fone: 853-7481. Distribuição: Farnando Chinaglia Distribuidora S/A, rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro — Fone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Namoro MDB -Magalhães:

QUE FRENTE É ESSA?

Ulisses Guimarães já deu o recado: é possível o MDB apoiar a candidatura de Magalhães. Não por acaso, isto acontece quando o partido de oposição deu uma guinada para a direita. Se continuar assim, não estará longe o dia que o MDB proponha a seguinte palavra de ordem: "Constituinte com Magalhães".

O MDB está no fim? Responde Ayrton Soares, deputado federal do MDB - SP: "Apenas uma coisa impede a desagregação do MDB: as eleições de 78. Em 74 foi assim, isso dá voto". Soares explica porque: "Com a perspectiva das reformulações partidárias, todos se esquecem que é interessante manter a frente, que é o MDB".

Que frente é essa? Tarcísio Delgado, deputado federal do MDB - MG acha que o partido deve se afirmar como "frente ampla das oposições", centralizando as lutas contra o regime político-militar. Samuel Weiner, jornalista da Folha de São Paulo, prognostica a formação de uma "frente nacional democrática" cujo nascedouro se daria no momento em que o MDB apoiar a candidatura de Magalhães à presidência da República. Diz ele: "O Magalhães praticamente se apoderou da bandeira do MDB. Ele está fazendo a campanha que o MDB deveria estar fazendo". Ou seja, Weiner sugere que o MDB deveria ter lançado seu próprio anti-candidato.

Ulisses Guimarães também já navega nas águas da candidatura de Magalhães, afirmando que o MDB poderá apoiar o senador. Mais definido, Alberto Goldmann, deputado estadual do MDB - SP, vai mais longe. "Se aparecesse um candidato que aceitasse integralmente as teses do programa do MDB, desde a extinção do AI-5 até a anistia e a Constituinte, diz ele, então se poderia aceitar - como um momento político - uma eleição indireta". Ou seja, em breve o MDB poderá lançar a bandeira de "Constituinte com Magalhães". Tancredo Neves, por seu lado de certo interpreta diferentemente de

Goldmann o que é o programa do MDB, pois para o deputado mineiro Magalhães está fazendo uma "pregação perfeitamente coincidente com o programa do MDB, em alguns pontos até mais avançada que o programa emedebista".

A posição de Ayrton Soares e de Tarcísio Delgado, centrada na ideia de lutar para que o MDB se imponha como "frente das oposições", parece estar sendo vigorosamente solapada pela corrente que insinua o apoio a Magalhães. De resto Ayrton Soares não tem razão em prognosticar o fim do MDB devido a articulações partidárias em geral. Ou melhor: ele tem razão parcialmente, pois o endosso da candidatura Magalhães constitui praticamente uma tomada de posição partidária, à direita do programa do MDB.

Portanto, o mais correto é se afirmar que a imensa maioria do MDB, a começar da direção nacional, deseja o fim do MDB ou já trabalha como coveira do partido de oposição.

Magalhães, de fora do MDB, entra na cena interna do partido para revelar aos olhos de quem quer ver que o MDB hoje não é mais que um espectro fantasmal do que se propôs ser, e isto a despeito de que certamente cumprirá papel importante nessas eleições de 78, como depositário dos votos das oposições contra o regime de 64. A vela emedebista da Constituinte está no chão, pois nas suas mãos ela se tornou uma quase-farsa, a despeito da atitude combativa dos neo-autênticos. O programa do MDB, limitado, liberal, é certo, não é mais que uma bandeira hasteada a meio-pau. Quem é o defunto? Seria o caso de repetir o refrão:

deixai que os mortos enterrem os seus mortos, pois outra coisa não tem feito a maioria do MDB e sua cúpula senão investir-se como coveiros da ex-futura "frente das oposições" desejada por alguns neo-autênticos.

Então, o MDB está no fim? Os que defendem, como o Setor Jovem do MDB-RS, a formação de uma tendência socialista dentro do partido não propõem o fim do MDB. Os que estão de malas e bagagens na estação adesta do trem de Magalhães já decretaram o fim do MDB e sua transfiguração em um partido liberal de centro-direita capitaneado por Magalhães.

Ulisses concedeu a Portela a tré-gua desejada para que o Planalto resolvesse a sucessão sem a artilharia parlamentar emedebista. Agora, o presidente do MDB já se prepara para mover o barco emedebista com a vela da "Constituinte com Magalhães" içada. Enquanto isso, Tancredo Neves articula a sua eleição para a liderança do MDB na Câmara e se prepara para se tornar embaixador do partido de oposição junto às reformas de Geisel. Assim, a nau da oposição, pela mão de sua capitania visa não mais que intrrometer o programa do MDB no bau das reformas. Se houver êxito, então é provável que tenhamos pela frente a consigna "oposicionista" de "Constituinte com Geisel".

Eles sabem o que fazem, sobretudo agora quando os trabalhadores e outros setores sociais avançados das oposições começam a dar mostras de poderem falar em seus próprios nomes. Mais ainda: a nau emedebista busca os ventos da direita justamente no momento em que na ordem do dia é colocada a

questão de se organizar um partido socialista, que poderá assumir a forma organizativa de uma federação das esquerdas socialistas. Os ventos sopram e a odisséia de Ulisses vai deixando de ser heróica.

Agora é a hora e a vez do "missionário", Magalhães não deixa de ter razão quando afirma, para os militares refletirem, que "a Revolução sou eu". Quatorze anos e quatro governos depois do 31 de março o banqueiro se insurge como o padroeiro do "milagre político do regime". Ele deseja se impor como a voz política da "sociedade civil". No entanto, é preciso dizer que a "sociedade civil" de Magalhães é organizada e dirigida de acordo com a vontade da platéia seleta que o elegeu em 76 "O Homem de Visão", platéia à qual se dirigiu prometendo defender a propriedade privada por todos os meios.

De seu programa político o que se sabe até agora é ser ele contrário à anistia plena, alegando que "isso poderá provocar um endurecimento do regime". Disse que defenderia mudanças constitucionais, mas disse NÃO à Constituinte, a qual poderá vir a apoiar, desde que tutelada pelo Estado e pela oposição burguesa que ele representa.

Bentes Monteiro puxou o tapete de Magalhães. Mas o velho banqueiro tem um grande trunfo: ele já lançou a ponte sobre os setores da oposição que difusamente giram em torno do MDB. E a cabeça de ponte dessa investida é a própria cabeça do MDB. Em quatorze anos jamais os governos militares obtiveram esse prodígio. Daqui em diante será dele a odisséia. (João Batista)



Uma "tendência socialista" no MDB gaúcho

A formação de uma tendência socialista dentro do MDB foi proposta pelo Setor Jovem de Porto Alegre, em documento divulgado no dia 23 de janeiro. De início, a articulação poderia passar pelo lançamento de candidaturas a deputado estadual e federal e ao Senado, em sublegenda. Os candidatos já atuam como propagandistas da plataforma da tendência socialista que contém nove pontos, dentre os quais se destaca a defesa do "controle da produção e participação dos trabalhadores, empregados e funcionários na gestão das empresas privadas e públicas".

Imediatamente após o lançamento, o Setor Jovem recebeu adesões do interior do Rio Grande do Sul. O prefeito do município de São Luiz Gonzaga, Jauri de Oliveira e o vereador Irani Muller (irmão do deputado cassado Amauri Muller), entre outros, apoiaram o documento.

Simultaneamente, jornais locais davam destaque ao assunto e a Assembleia Legislativa interrompeu de fato o recesso, substituindo as férias por acalorados debates. As questões do socialismo entraram na ordem-dia, e o eurocomunismo era citado como exemplo

de socialismo necessário para o Brasil.

É evidente que se fizeram ouvir vozes discordantes, como a do deputado Cícero Viana, da Arena que afirmou estar "a direção estadual do MDB permitindo que setores pregassem a comunização do país e do partido".

O MDB não tardou a responder, através do deputado Waldir Walter que convidou o deputado arenista a tomar lições de democracia com os eurocomunistas italianos. O Setor Jovem também entrou na briga chamando Cícero Dias de "dedo-duro confesso".

Já no dia 24 de janeiro o deputado Américo Coppetti, autêntico do RGS, declarou-se simpático à ideia da organização de uma tendência socialista no MDB, o que de imediato gerou o boato que seria ele o candidato ao Senado na sublegenda.

EM TEMPO publica em primeira mão o documento do Setor Jovem do MDB-RGS, que propõe a organização de uma tendência socialista no MDB.

"Sucessões presidenciais (...) desde o golpe de 1964, excluem toda e qualquer participação popular, reduzindo-se a uma restrita discussão e avaliação de forças no interior do próprio regime. No entanto a próxima sucessão presidencial vem adquirindo uma importância maior na medida em que revela uma crescente luta interna nas forças que sustentam o regime. (...)

Enquanto se verifica esta luta no seio das classes dominantes os setores "moderados" do MDB, quando não fazem o jogo do regime, apoiando este ou aquele candidato à presidência, ficam esperando as "reformas prometidas" e boicotando abertamente a campanha pela Constituinte.

Entendemos que ao MDB não cabe tomar posições em favor de qualquer das facções em luta. Nem mesmo em favor da facção representada pela aliança Magalhães Pinto-Severo Gomes, que acena com um tímido programa liberal. Deve ficar bem claro que enquanto a oposição luta por uma anistia ampla e irrestrita, Magalhães quer apenas a revisão das punições; enquanto a Oposição luta por uma Constituinte livre e soberana, Magalhães deseja a volta da Constituição de 1967 e "reformas" via um Congresso mutilado e eleito sem ampla liberdade de propaganda e debate. Já o candidato oficial dispensa maiores comentários, pois todos sabem ser um homem estreitamente vinculado ao aparato repressivo do regime e representa a continuidade do governo atual.

A oposição cabe é denunciar a farsa montada pelo regime através do "pacote de abril", que exclui o povo brasileiro de qualquer participação, e mobilizar em favor da única alternativa democrática e popular que é a convocação de uma Assembleia Constituinte. Denunciar a farsa significa mobilizar o povo em favor da realização de eleições

livres e diretas, significa não participar dos colégios eleitorais. (...)

Frente a todas essas questões colocadas pela conjuntura política, os setores liberais e conservadores do MDB têm-se mostrado incapazes de responder ao regime através de ampla mobilização popular, preferindo ficar na defensiva e esperar para ver o que acontece...

Não há mais dúvida de que somente os setores progressistas da Oposição realmente interessa uma ampla mobilização pela convocação de uma Constituinte democrática e popular. Mas para que estes setores da Oposição sejam capazes de levar adiante a tarefa de mobilizar as amplas camadas populares da sociedade na luta pela democracia é necessário que se organizem e definam um programa identificado com os interesses dos trabalhadores e de todos os setores explorados. Isto significa atuar conjuntamente com os demais setores da Oposição (liberais, conservadores etc...) na luta contra a ditadura, mas de forma diferenciada e mantendo autonomia em relação a estes outros setores do MDB.

Neste sentido propomos: A união das forças progressistas e populares do MDB em todo o país - Senadores, Deputados, Vereadores, Prefeitos, líderes de base, filiados em geral - que desejam uma transformação profunda na sociedade brasileira para a formação de uma tendência socialista no MDB. Que a tendência socialista do MDB defina um programa capaz de mobilizar os setores oprimidos da sociedade, e que o mesmo inclua, entre outros, os seguintes pontos:

1. Luta pela liberdade de organização e expressão para qualquer partido político; 2. Extinção de todos os Atos e decretos ditatoriais como o AI-5, o decreto 477, a Lei de Segurança Nacional e dos organismos de repressão política; 3. Anistia ampla e irrestrita a todos os presos políticos,

cassados e exilados; 4. Estatização de todos os serviços básicos da sociedade (transportes coletivos, hospitais, escolas e universidades) com plena gratuidade nas áreas de educação e saúde pública; 5. Estatização de todos os setores básicos da economia e nacionalização das empresas estrangeiras; 6. Solução para as questões agrárias conforme os interesses dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores; 7. Fim imediato da política salarial e reposição do poder aquisitivo dos assalariados, perdido nos últimos 13 anos. Garantia total de direito de greve e extinção da legislação trabalhista que atrela a organização sindical ao governo; 8. Controle da produção e participação dos trabalhadores, empregados e funcionários na gestão das empresas privadas e públicas; 9. Convocação, por conquista ou pressão popular, de uma Assembleia Constituinte que garanta as reivindicações acima citadas e estenda o voto universal e secreto aos analfabetos, soldados e marinheiros.

Que a tendência socialista do MDB defenda o seu programa nas próximas eleições parlamentares e participe da mesma com candidatos a deputados estaduais e federais, e inclusive com um candidato ao Senado Federal em sublegenda.

Porto Alegre, 23 de janeiro de 1978. José Carlos de Oliveira, Presidente do Setor Jovem Metropolitano de Porto Alegre.

A conjuntura e a oposição

EDITORIAL

Não resta dúvida de que a oposição depara-se com uma conjuntura nova. E que há muito o que se definir, sob pena de os verdadeiros oposicionistas não tirarem partido das modificações em curso. De seu lado, o MDB assiste, contemplativamente, a banda passar, sem entender muito bem porque a ofensiva do Palácio do Planalto esvaziou a sua bandeira de Constituinte e porque boa parte dos seus liberais aderiram à caravana de Magalhães.

Nos arraiais do bloco dominante há uma inquietação reformista que se manifesta em duas vias: a primeira é a de Geisel-Figueiredo que busca transformar o autoritarismo num "autoritarismo regulamentado", tratando de tornar regra o que agora é exceção. É a continuidade do regime militar, mas com uma nova feição na qual abre-se espaço para a recomposição de suas bases sociais. Ao contrário do "Pacote de Abril", este projeto tem ofuscado alguns setores oposicionistas moderados.

A outra via é a de Magalhães Pinto. Dotada de uma maior ousadia, a campanha do senador mineiro é em parte determinada pelo seu oportunismo que cresce à cada momento, tornando mais difícil concretizar a sua obsessão de ser Presidente da República. De qualquer maneira ele começa a representar uma tentativa de superar a crise econômica e política com a volta dos civis ao governo.

Passando por cima das contradições sociais e econômicas, ele se esforça em colocar uma cunha no campo da oposição, absorvendo determinadas bandeiras do MDB, para atrair os mais vacilantes. Com isto, pretende matar dois coelhos de uma só cajadada: ampliar a sua base social e dificultar a possibilidade de os oposicionistas consequentes materializarem a sua própria alternativa. Resumindo: sua campanha civilista segue a esteira de Severo Gomes, que, em entrevista à revista "Isto É", mostrou ser necessário fazer as mudanças antes que as insatisfações se transformem numa revolução popular. Recupera-se assim o velho adágio de 1930: "fazamos a revolução antes que o povo a faça".

De pouco adianta sentir dor de cotovelo porque parcelas dos libe-

rais e intelectuais vem topando o jogo de Magalhães. Importa entender que isto faz parte de um fenômeno novo: o campo da oposição passa por um processo de redefinição, onde algumas forças estão mudando de lado. Em parte pelo espaço conquistado pela maré reformista e em parte pelo avanço da própria luta, determinados setores que à época do episódio da "Carta aos Brasileiros" se mostravam sensíveis a uma aliança com o movimento estudantil, com os trabalhadores e outros setores populares, vislumbram agora a candidatura de Magalhães como o melhor caminho para a concretização de seu "Estado de Direito".

No MDB as coisas não se dão por menos. Enquanto a sua cúpula se divide entre o apoio a Magalhães ou até mesmo o aval para as reformas impostas pelo regime, na tentativa de ampliar o seu conteúdo, os autênticos praticamente se atomizaram e não conseguem propor uma alternativa aos novos problemas da conjuntura. Em síntese: o MDB assiste a Magalhães roubar algumas de suas bandeiras e, como partido, vai perdendo a razão de sua existência. Se, em 1974, chegou a ser o caudal onde desaguarão os protestos populares, hoje ele se justifica apenas como o mecanismo que pode ser utilizado para impor uma nova derrota ao Governo nas próximas eleições e como legenda para os oposicionistas que, no futuro, se comprometerão com alternativas mais consequentes.

A redefinição do campo da oposição é apenas um lado da moeda. O outro é o seu aprofundamento, que será decisivo para explicitar o caráter da aliança dos trabalhadores com as demais camadas populares. A adesão de liberais ao projeto de Magalhães está a indicar que, em contrapartida, a direção da luta pelas liberdades democráticas tende a ser deslocada das mãos destes para as mãos dos trabalhadores e demais camadas populares comprometidas com a alteração radical da sociedade. Isto significa que as liberdades democráticas não se materializam num mero enunciado jurídico-político - e portanto formal - no qual estão ocultas as profundas desigualdades sociais e econômicas.

Isto porque, para os trabalhado-

res, a verdadeira democracia passa necessariamente pela transformação da vida econômica, de tal forma que importantes problemas como a questão nacional e a agrária sejam solucionados dentro de sua ótica. Evidentemente, isto pressupõe que a direção da economia esteja nas suas mãos. Compreendida desta maneira, a luta pelas liberdades democráticas põe em xeque tanto o poder como o próprio caráter capitalista da nossa sociedade.

O espaço criado pela conjuntura já permite combinar as bandeiras imediatas de liberdades democráticas com uma plataforma que contemple a superação das contradições geradas pelo modo de produção capitalista. E só desta maneira é possível superar o risco do imobilismo que frequentemente ameaça a oposição.

Através de tal proposta é possível concretizar um amplo movimento que leve a oposição a superar sua fase de atomização e dispersão. Este movimento pode vir a contribuir decisivamente na formulação de uma política independente e na conquista de uma organização autônoma dos trabalhadores. E evidente que, enquanto movimento, ele abrigará correntes heterogêneas e que a sua atuação se dará num vasto campo. Neste deverá ter um papel - ainda que não o principal, a atuação parlamentar e institucional. É importante, desde já, lutar para que na próxima reorganização partidária qualquer partido de oposição que surja garanta de antemão alguns pré-requisitos básicos. Estes, devido ao fato de a reorganização estar inserida ainda num regime de exceção, podem ser entendidos da seguinte maneira: um futuro partido de oposição deve ter um programa que combine a luta pelas liberdades democráticas com a superação das contradições sociais e econômicas da atual sociedade; deve caracterizar-se muito mais como uma frente do que um partido; deve ser compreendido como transitório; e, finalmente, deve ter uma ampla democracia interna, na qual esteja assegurada o direito de facção para que seu setor mais combativo não seja trágico como aconteceu com os autênticos do MDB.

A economia política das "reformas"

Distensão sem acumulação de capital, só mesmo prá (burguês) inglês ver. A crise da economia brasileira está longe da superação. Suas raízes prendem-se a um velho problema: como financiar a expansão do capitalismo nos quadros de uma economia atrasada e dependente. Esta questão irá limitar bastante a atual audácia reformista do regime.

A economia brasileira entra em 1978 em seu quarto ano de crise. Oficialmente, a opinião pública ainda vem sendo engabelada pela "crise do petróleo" embora extrinsecamente já há quem reconheça tratar-se de algo um pouco mais sério. E daqui e dali espoucam tímidas sugestões de reforma do modelo de acumulação capitalista atual.

Recentemente, vasou para o público um trabalho elaborado durante seis meses pelo IPEA, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência, que questiona aspectos do modelo, propondo alterações.

Este trabalho, "Prioridades e perspectivas da economia brasileira", aponta algumas "distorções": "A despeito das altas taxas de crescimento, a economia brasileira não tem sido capaz de resolver os problemas da pobreza e subemprego. Ao contrário, existem evidências de que os desequilíbrios no mercado de trabalho e as desigualdades de rendas se agravaram nas últimas décadas."

A nível das soluções alternativas, no entanto, o documento não avança muito, indo pouco além da declaração de intenções e da conciliação formal de metas contraditórias. Assim, propõe ao mesmo tempo a manutenção da taxa histórica de crescimento do PIB, de 7% a 8%, a redução do ritmo da acumulação de capital e uma certa redistribuição de renda; propõe ainda a prioridade ao mercado interno embora querendo manter o crescimento das exportações; além de pretender solucionar o problema do desemprego a partir de uma tecnologia intensiva de mão de obra.

Detectando pela superfície as contradições e dificuldades do capitalismo brasileiro e ao mesmo tempo apontando soluções bizantinas, o documento é um bom indicador da falta de perspectivas da política econômica oficial. Na verdade, a questão relevante é saber das possibilidades do capitalismo brasileiro superar sua crise, partindo para um novo ciclo de expansão. E a resposta tem que partir de um entendimento das raízes mais profundas da crise.

Estouro inflacionário: o velho problema

A crise que atinge a economia brasileira já em meados de 1974 não é totalmente nova. Tanto na conjuntura recessiva do início dos anos sessenta como agora, a crise que se segue à fase de crescimento acelerado é marcada pelo acirramento da

inflação e pela tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, fatores que na verdade estão umbilicalmente ligados.

A intensificação do processo inflacionário deve-se a velhos problemas de financiamento para a expansão da produção. Dada a quase inexistência de recursos financeiros, própria de um capitalismo que nasce tardiamente e dependente, as exigências da acumulação foram aos poucos conformando uma característica estrutural do Estado, estreitamente vinculada à inflação: na insuficiência do capital (financeiro) privado, caberia ao Estado criá-lo, partindo de imediato para um esquema de emissão inflacionária. Esta foi, por exemplo, a característica onipresente do Plano de Metas do governo J.K., a um só tempo a causa de seu sucesso expansionista bem como de seu fracasso inflacionário. Também razão do oscilante, e depois permanente arrocho que despencou sobre os trabalhadores brasileiros.

Permanente porque o capitalismo brasileiro não se emendou. Simplesmente modernizou-se, trocando a tradicional emissão inflacionária por um conjunto de expedientes tecnicamente mais "científicos". No pós-64, partiu-se para uma ampla reforma (financeira e fiscal, principalmente) buscando-se a solução para os problemas de acumulação e financiamento. No entanto, esta reforma não obteve muita coisa. Se por um lado o Estado conseguiu aumentar sua capacidade financeira, principalmente através de fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS, etc) e de títulos do Tesouro, de outro as reformas quase nada conseguiram do sistema financeiro privado. Este manteve sua tradicional incapacidade de financiar os investimentos de longo prazo e, a partir de uma estrutura mais moderna apoiada no Tesouro Público, aumentou seu grau de manobra para a realização de operações de cunho meramente especulativo.

Nestas condições, o fôlego das res-

formas logo se mostrou curto, impondo-se de modo permanente o arrocho salarial e, isto não bastando, o financiamento inflacionário voltou a crescer, basicamente a partir de 1971 atingindo seu auge em 1973. Se bem que agora oculto por truques contábeis que não permitem sua identificação nos tradicionais déficits orçamentários cobertos com emissão monetária.

O estrangulamento nas contas externas

Os desequilíbrios no balanço de pagamentos representam a outra manifestação cíclica da crise brasileira. Advém, em primeiro lugar, da frágil posição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho incapaz de competir com as

velhas economias capitalistas centrais. Em segundo, da internacionalização crescente da economia, o que implica em elevadas remessas dos chamados "serviços do capital". E finalmente em terceiro lugar, da própria insuficiência de recursos financeiros para investimentos o que leva às operações casadas: importar ao mesmo tempo um "pacote" de empréstimos e um outro de mercadorias (geralmente bens de capital).

A crise brasileira assume assim características bastante peculiares, que lhe conferem um caráter não automático, ficando nas mãos do Estado a decisão. Ou frear o ritmo de crescimento, como forma de conter a inflação e os desequilíbrios no balanço de pagamentos, ou tentar manter tal ritmo às custas da exacerbada daquelas contradições.

Este dilema vem acompanhando a economia brasileira desde 1974.

sendo que até agora não se optou por um dos dois lados, imperando a política do "stop and go". Freou-se a economia a partir de meados de 1974 provocando-se uma mini-recessão que se prolonga por todo o ano de 1975; em 1976 soltou-se as rédeas e a economia volta a crescer; finalmente em 1977 freou-se novamente e o ritmo volta a cair.

A impotente onipotência do Estado

No entanto este aparente controle da situação por parte do Estado é falso, refletindo muito mais sua crescente incapacidade em compatibilizar os vários interesses burgueses na direção de resolver aquelas contradições apontadas. As quais, pouco a pouco vão passando de econômicas à políticas, configurando um quadro de crise latente do regime.

Na realidade, a crescente importância do Estado como agente financiador é viabilizador do processo de acumulação e, em momentos de crise, contraditória com o caráter autoritário do regime. De um lado, a importância econômica decisiva do Estado e do outro o caráter fechado de suas decisões. Dicotomia que explica na essência o retorno do projeto distensionista. Mas as artimanhas da política vão encontrando um palco estreito para sua encenação

"Reformas" não financiam ninguém

Em relação às crises anteriores e de forma especial a de 1964, a situação econômica atual apresenta três importantes diferenças que a torna bem mais grave. Em primeiro lugar o imobilismo da política econômica que até agora, após quatro anos de

crise não conseguiu realizar ainda nenhuma reforma financeira importante, ao contrário do pós 64. A segunda grande diferença encontra-se na agricultura. Há 13 anos atrás predominava na produção agrícola a chamada agricultura de pequenas roças (pré-capitalista) que funcionava com preços aviltados e parcos recursos. Hoje em dia a produção de alguns dos principais produtos agrícolas é tocada em moldes capitalistas, forma extremamente exigente em termos de recursos (créditos) e de preços. Esta a agricultura se move portanto entre duas hipóteses: a possibilidade de falir, no caso de seus preços baixarem, e a impossibilidade de reproduzir-se ampliadamente no caso de uma redução relativa dos financiamentos a ela destinados.

Nesse ponto, o chamado "Super Ministério da Agricultura" do general Figueiredo, e que segundo consta e produto das meditações parisienses de Delfin Neto, encontra sua virtual inviabilidade: a tentativa de canalizar doses maciças de investimentos para o setor agrícola com vista à exportação e ao barateamento da alimentação popular, passa pela solução do problema geral do financiamento, além de depender do crescimento dos mercados externos.

Em tem-se aqui a terceira grande diferença da crise econômica atual com relação a 1964. Hoje ela se insere numa conjuntura de crise econômica internacional, que de resto não aponta ainda solução a curto prazo. O que coloca em questão tanto a possibilidade de crescimento das exportações quanto a grande afluência de investimentos externos. Estes, em períodos de crise são suspensos aguardando uma redefinição estratégica na divisão internacional do trabalho. E ao que parece o imperialismo ainda está indeciso.

Em virtude destas dificuldades as perspectivas para a economia brasileira no curto e médio prazo são sombrias, embora não se possa prever nenhuma catástrofe. Pode-se esperar, isto sim, que tão cedo não ocorrerá um novo "milagre". E assim, o binômio "Segurança e Desenvolvimento" se encontra manco de uma de suas pernas, a segunda. O que na conjuntura atual impõe para a burguesia a difícil tarefa de adequar a outra perna, o regime, para que ela possa alcançar um passo que, mesmo mais lento, lhe propicie uma dominação mais estável e contínua.

(Maurício Borges Lemos)

Trabalhadores do Brasil, cuidado: Maluly está às soltas!

O sonho de articular um novo trabalhismo situacionista, cópia adocicada do PTB que Getúlio Vargas costurou na década de 40, pode tornar-se o elo decisivo do projeto partidário em gestação no Planalto. No modelo de quatro partidos, que os oráculos da democracia "relativa" pretendem acionar em março de 1979, o governo reserva-se o direito de ficar com dois. É certo que um deles será o epigono do PSD, onde vão se abrigar os futuros governadores e demais políticos dotados de "densidade eleitoral"; o segundo, espécie de reserva tática para garantir maioria absoluta em áreas urbanas, deveria imitar o velho PSP - restaurado o populismo rasteiro, como ensinara o falecido ex-governador paulista, Ademar de Barros, nas últimas semanas, porém, passou-se admitir em Brasília que a aliança PSD-PTB, mesmo que perigosa, soa mais duradoura que o pacto PSD-PSP.

A bem da verdade, diga-se que os funcionários graduados que se dedicam aos "jogos políticos" leram o suficiente para saber que em meados do século passado uma voz autorizada já demonstrava que a história não se repete - a não ser como farsa. Para eles, contudo, a experiência partidária brasileira do pós-guerra não se esgotou completamente. Ao contrário, no raciocínio palaciano, a crescente unificação nacional oferecida pela TV e a convicção de que é possível evitar a proliferação de pequenos grupos eleitorais de de conveniência, tornariam ainda mais viável o esquema de quatro grandes partidos - com uma possibilidade de desdobramento, talvez para cinco ou no máximo seis, depois de alguns anos.

Em busca do arranjo claramente majoritário, o governo trata de reunir desde logo o clientelismo regional, pintando-o com tonalidade levemente centristas e outorgando-lhe a responsabilidade de ganhar as eleições em pelo smenos, 15 estados. Nos grandes centros, onde a situação tem sido derrotada, até com facilidade, surgiu desde logo a necessidade de um partido

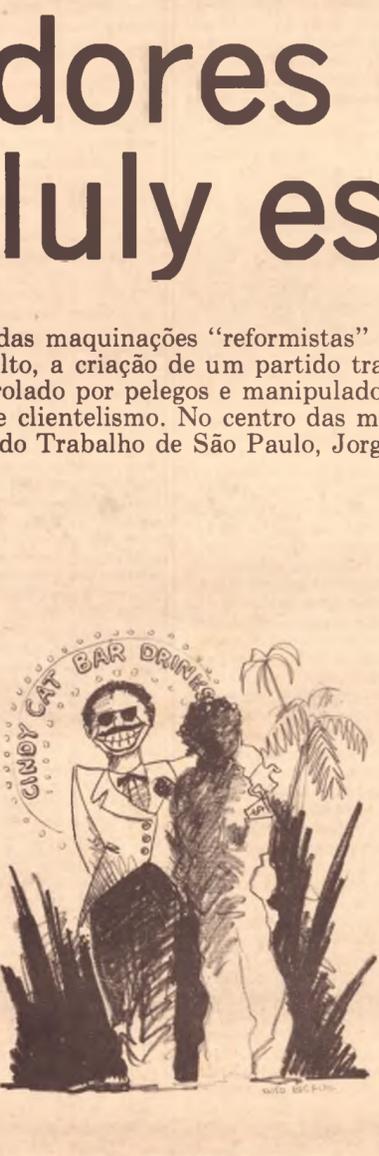
Faz parte das maquinações "reformistas" do Palácio do Planalto, a criação de um partido trabalhista controlado por pelegos e manipulado por políticos de clientelismo. No centro das manobras, o secretário do Trabalho de São Paulo, Jorge Maluly.

auxiliar. A primeira ideia, tida como perfeita até fin do ano passado, buscava concentrar forçar no eixo Rio-São Paulo, através dos herdeiros de Ademar de Barros. O sucesso eleitoral do governo ficaria depositado nas mãos dos chefes locais "bons de urna", com o Chagas Freitas e Laudo Natel, que se agrupariam na gaveta do populismo em estado puro, contentando-se com a distribuição de pequenos favores pela máquina administrativa dos dois grandes Estados - que coincidentemente estaria sob controle desses mesmos senhores depois de março de 1979.

O aparecimento do trabalhismo nesse mapa decorre da própria movimentação política que sucedeu as eleições de novembro de 1974. Em ordem de importância, contam-se os seguintes motivos: a força e a velocidade inesperadas, para o Planalto, com que o sindicalismo retornou às atividades políticas; a consolidação de algumas lideranças proletárias tidas no governo como bastante representativas para que possam se aproximar do esboçado curral de centros-esquerda; onde ganhariam ascendência capaz de prejudicar o pacto majoritário depois de alguns anos; a dificuldade para se organizar o "ademarismo" nos demais Estados "importantes", onde o populismo urbano de direita não chegou a se fixar em sua versão original; e, afinal, o estágio relativamente avançado da organização sindical oficiosa.



Os desequilíbrios no balanço de pagamentos representam a outra manifestação cíclica da crise brasileira. Advém, em primeiro lugar, da frágil posição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho incapaz de competir com as velhas economias capitalistas centrais. Em segundo, da internacionalização crescente da economia, o que implica em elevadas remessas dos chamados "serviços do capital". E finalmente em terceiro lugar, da própria insuficiência de recursos financeiros para investimentos o que leva às operações casadas: importar ao mesmo tempo um "pacote" de empréstimos e um outro de mercadorias (geralmente bens de capital).



O governo conhece detalhadamente os movimentos da antiga "ala esquerda do PTB", de "Baby" Bocayuva Cunha e Leonel Brizola, para reatar o trabalhismo com base na carta-testamento de Getúlio Vargas. Mas, Brasília considera-se dona da iniciativa nesse terreno, graças à tenacidade do atual secretário do Trabalho paulista, Jorge Maluly Neto, que durante a segunda quinzena de janeiro circulou apressadamente nos corredores do Planalto com extensas relações de sindicatos e até cooperativas de trabalhadores rurais hipoteticamente embarcadas em sua própria versão do trabalhismo.

Um modesto deputado de origem rural, Maluly tornou-se conhecido na Assembleia Legislativa de São Paulo, para onde se elegeu pela primeira vez em 1966, como o "Gatão" - porque chora até na hora do prazer. Dizendo-se sempre vítima de injustiças e traições, articulou-se em postos tão variados que chegou a secretário de Estado em 1975, encarregado das ligações entre o governo paulista e os sindicatos regionais. No entanto, sua estrela começou a brilhar quando entrevistou com surpreendente agilidade na crise que se esboçou em princípio de 1976, entre os fazendeiros de cana e cereais e os "boias-frias" - trabalhadores rurais empurrados para a cidade, ou para uma condição nômade, que alugam sua força de trabalho em base diária.

Como se estivesse presentindo a mudança dos ventos na política brasileira, Maluly evitou tomar imediatamente a defesa dos proprietários. Nos locais de maior tensão procurou organizar cooperativas de trabalhadores volantes, montou uma tabela de preços mínimos para a jornada de trabalho e prometeu instalar um serviço de ônibus para levar a turma até as fazendas. As condições do "bóia fria" não mudaram desde então - inclusive porque as promessas e tabelas não foram cumpridas senão esporadicamente. Mas o secretário Maluly pode colecionar uma generosa lista de nomes de trabalhadores agregados às cooperativas. Com elas, assegurou livre acesso aos sindicatos urbanos; e logo chegou aos gabinetes de Brasília.

Manobrando sob estudada indiscrição, Maluly deixa antever a todos que o procuram o tamanho da máquina que obedeceria a seu comando - ramificações em oito Estados; potencial para fazer 15 ou até 18 deputados federais, mantidos os atuais quocientes; e apoio de políticos tão importantes quanto Nelson Marchêsam, secretário-geral da Arena e eventual organizador de um movimento semelhante no Rio Grande do Sul, Armando Falcão, ministro da Justiça, e mesmo da ex-deputada Ivete Vargas, a filha mais nova de Getúlio.

Com esse patrimônio inicial, ele pretende um lugar de primeira classe no vagão situacionista. Se a tentativa para restabelecer o PSP fracassar, como parece provável, não será impossível que o sonho se realize. (Marcos Aguiar)

Paulo Freire, Karl Marx, Antônio Callado, Moniz Bandeira, Augusto Boal e Yohn Reed estão na livraria ZAPATA. Venha folheá-los. Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285 tel. 222-2861 - São Paulo.

Diálogo sem trabalhadores, reformas sem povo.

Dom Angélico Sândalo Bernardino, Bispo da Zona Leste 2, de São Paulo, enquanto homem de igreja, um "pastor de Deus". Como cidadão, um homem que fala de política, desde que lhe seja dada oportunidade, nunca em defesa dos poderosos.

Não foi e nem será ouvido pela missão Portella, pois "a fala dos oprimidos faz doer os ouvidos dos opressores".

Em Tempo: O que é ser oposição para a Igreja?

D. Angélico - Eu falo em nome pessoal. Sou homem de igreja, mas eu não represento a Igreja. Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que a Igreja não é de oposição, mas, cada vez mais, ela estará tomando posição em favor do povo. E se há pessoas, inclusive no Governo, que não estão a favor do povo, eles é que estão em oposição ao povo: a Igreja deve estar solidária e comprometida com o povo.

Em Tempo - Como o senhor vê a proposta de rearticulação partidária?

D. Angélico - Nós estamos num tempo em que a palavra tem um valor muito relativo, e digo isto com muito pesar, sobretudo quando alguém que detém um poder, faz uso da palavra para iludir o povo. Isto para dizer que eu não acredito muito naquilo que o Governo fala no aspecto de redemocratização e de abertura partidária. Agora, se realmente esta for a intenção, eu acho muito benéfica, pois o que temos hoje não são partidos. São uma coisa que, para mim, reflete indefinição no aspecto político: soluções criadas na cabeça de poucos, e simplesmente impostas à consciência cívica e política do nosso povo.

Em Tempo - Que fatos servem de base para estas teses?

D. Angélico - Eu acho que vivemos numa sociedade que se diz pluralista, mas não o é; ela se simplifica cada vez mais na complexidade que possui. Vai se distinguindo cada vez mais entre oprimidos e opressores. Em consequência, seu maior mal é a divisão entre ricos e pobres. Além disso, nessa sociedade existem muitas tendências, e elas deveriam agrupar-se em torno de projetos políticos, que precisam ser expostos ao povo. No Brasil, eu vejo: uma força trabalhista; tendências de inspiração conservadora (de ultradireita ou de direita); e tam-

bém pessoas de esquerda, até de ultra-esquerda. Todas devem ter o direito de organizarem o seu partido. Por que só os socialistas não poderiam criar seus partidos? Eu sempre digo que seria muito bom se nós tivéssemos aqui no Brasil um partido que amalgamasse as inspirações trabalhista, cristã e socialista. Como misturar isso tudo é um desafio, mas eu gostaria de ver aparecer.

Em Tempo - Se surgissem os partidos anunciados que orientação a Igreja deveria imprimir em seus trabalhos de base?

D. Angélico - A Igreja desenvolve aquilo que nós chamamos de Pastoral Operária, que aglutina trabalhadores e trabalhadoras, para que estes busquem as soluções cristãs para as situações de opressão que a classe trabalhadora vive. Na Pastoral, temos a visão de que a sociedade em que vivemos é podre porque se baseia na injustiça: poucos têm muito e a imensa maioria vive marginalizada. A Igreja trabalha na Pastoral Operária consciente de que quem realmente vai fazer a transformação social, não é a pastoral, mas o próprio movimento operário. Esse movimento não tem cor. Nele estão os direitistas, os pelegos, os cristãos, os marxistas, os homens...enfim todos os "istas". A orientação do movimento operário será de cunho marxista se os marxistas atuarem melhor; ou terá inspiração cristã, se os cristãos tiverem as melhores opções, se estiverem melhor organizados. A Igreja - a hierarquia, os bispos - diz aos cristãos que precisamos, enquanto cidadãos do mundo, ter engajamentos concretos e comprometidos. O resto é opção de cada um.

Em Tempo - Como o senhor vê a questão da sucessão presidencial?

D. Angélico - Como brasileiro, e com muito laconismo, eu vejo um empobrecimento da alma nacional. Eu quase preferiria que tivéssemos

um regime monárquico, quem sabe até o do tempo de D. Pedro. Não porque eu defendo a monarquia, mas porque acho que a nossa segurança seria maior se aquele que fosse governar a Nação, estivesse preparado. No Brasil não acontece nem isso. Não tenho nada contra o João Batista de Figueiredo, a quem não conheço pessoalmente, nem às suas idéias. Mas, como cidadão euteno e direito de exigir um conhecimento prévio e vasto de quem se propõe governar esse país. Também não vejo com esperança qualquer dos candidatos que se apontam por aí. Na verdade, a estrutura, o sistema político-partidário é que está errado. Nós não podemos mais suportar que os governantes sejam feitos marginalizando o povo. Por pior que seja a escolha que um povo faça do seu governante, eu ainda confio muito mais na escolha do povo, do que na vontade do presidente da República.

Em Tempo - Como o senhor interpreta o fato de a missão Portella ter "esquecido" os setores mais representativos da Igreja?

D. Angélico - Eu acho que a Igreja é povo de Deus. Por isso, o diálogo com qualquer emissário do governo deve ser feito não com alguns homens, por mais respeitáveis que sejam, mas diretamente com o povo. A missão Portella não tem essa característica, e portanto, da minha parte, não merece nenhum respeito. Os trabalhadores, exceto suas "representações" espúrias, não foram ouvidos. Então como é que a gente pode falar em diálogo nacional? Eu poderia citar uma pessoa da Igreja, pela qual eu tenho imensa consideração e admiração por sua tarefa apostólica, que é o Cardeal de São Paulo. Quer estabelecer um diálogo em profundidade, omitindo o pastor da principal cidade do país, é um fato que faz com que desconfiemos dos próprios motivos da tal missão.



Estudantes: nada temos a ver com este peixe.

EM TEMPO entrevistou os representantes dos DCEs das Universidades de São Paulo, Federal de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia da UFMG a respeito das reformas anunciadas pelo regime e sobre a articulação de novos partidos. Abaixo, trechos de seus depoimentos.

"O estudante tem contradições, hoje, com o regime - e por isso é oposição -, na medida em que este regime tem reprimido a participação estudantil devido ao seu posicionamento político. As palavras de ordem assumidas pelo movimento estudantil são um marco que nos diferenciam da oposição liberal: anistia ampla e irrestrita, libertação dos presos políticos, liberdade de organização e expressão, liberdade sindical, liberdade partidária, fim das torturas e prisões políticas, mais verbas para educação, ensino público e gratuito para todos, melhores condições de ensino. Lutamos por uma verdadeira democracia onde exista de fato liberdade sindical, liberdade de qualquer partido se organizar. O DCE assume a luta por uma sociedade mais justa, pelo fim da exploração. Mas a consciência desta luta só será assumida, realmente, pelo ME como um todo na hora em que o movimento operário e popular estiver se colocando como uma alternativa. A única forma de conquistar as "reformas" que queremos é a organização livre do movimento popular - e isto, já foi dito, não se ganha, mas se conquista. A crise do regime está colocada.

Só que hoje eles dividem a oposição que precisaria estar unida contra o governo. Estão todos acreditando que as reformas, a liberdade, vão cair de cima. E se dividem para ver quem fica com mais coisas depois. Isso é até oportunismo. Esses PSs são socialistas só de nome. Quando ainda precisam cair os atos de exceção, eles já contam que cairam. Mas, até agora não houve nada de abertura. Não tem havido liberdade nem para os governistas. Não foi o próprio presidente que nomeou seu sucessor? A oposição sindical contribuirá para que as coisas mudem se ajudar os trabalhadores a se organizarem em comissões, grupos de fábrica. Hoje o aspecto principal da luta é a defesa econômica: a luta contra o arrocho. Através dela se pode ajudar a educar, a desinibir o operário. Mas a defesa econômica encontra grandes barreiras, como a falta de liberdade sindical e a política salarial do governo. Por isso é importante, fundamental, a quebra da estrutura sindical. Oposição que não pretende desatrelar os sindicatos do Ministério do Trabalho, que não luta por liberdade sindical, não é coerente com a luta da classe operária. Os operários precisam discutir, decidir como se organizarão se conquistarem o desatrelamento do Ministério do Trabalho. De uma coisa, eutenho certeza, é preciso desatrelar os sindicatos, é necessária a liberdade sindical. (Metalúrgico, membro da oposição sindical de Osasco)

Cabe ao movimento popular aprofundar essa crise e aproveitar as brechas. Obviamente, os estudantes não podem conseguir isso sozinhos. Somente o movimento operário-popular, a classe operária principalmente, vai consegui-lo. Por enquanto, lutamos por liberdade partidária, mas não estamos comprometidos com articulações de PS, PTB, etc. Nossa luta é para que qualquer partido possa se organizar. Agora, estes partidos de trabalhadores que estão se articulando não têm nada a ver com os trabalhadores. Os trabalhadores é que têm de construir o seu partido. Assim como nós, estudantes, construímos nossas entidades independentes."

(DCE - Livre da Universidade de São Paulo)

"Não devemos nos iludir com quaisquer reformas que surjam dentro dos marcos autoritários. Os estudantes brasileiros devem tomar consciência de que as reformas vêm no sentido de polarizar os liberais, hoje no centro da oposição ao regime, e isolar os setores de oposição mais consequentes, continuando a política de afastar da cena política o movimento operário e popular. Estamos convictos de que os estudantes devem assumir hoje, mais do que nunca, a bandeira da livre construção partidária e eleições livres e diretas para todos os cargos de representação popular, utilizando a brecha dada pela polêmica Magalhães x Geisel. Magalhães Pinto possui como base de apoio desde Severo Gomes e adjacências até setores de oposição que se dizem con-

sequentes. Convenhamos, é uma frente ampla demais para o nosso gosto e que não demarca em nada a luta que assumimos hoje ao lado do movimento operário e popular."

(DCE da Universidade Federal de Minas Gerais).

"O movimento estudantil, como os outros setores de oposição ao regime, para ser consequente, deve empunhar a luta por uma Assembléia Constituinte Livre, Soberana e Democrática. Esta precisa colocar para os setores democráticos sua aliança com os trabalhadores do campo e da cidade como alternativa concreta à ditadura militar, na perspectiva de uma transformação radical da sociedade brasileira. Uma Assembléia Constituinte que, diferentemente da que o MDB propõe, pressuponha o fim da ditadura militar, anistia ampla e irrestrita a todos os presos, exilados, banidos e cassados políticos, o fim da censura, a liberdade de organização e manifestação sindical e partidária, e que tenha um programa capaz de resolver, na perspectiva das classes trabalhadoras, problemas tais como a superexploração do trabalho que pode se resumir nas péssimas condições de saúde, habitação, transporte; trabalho; capaz de resolver definitivamente a questão do imperialismo e a questão da terra. Naturalmente, a convocação desta Assembléia Constituinte só pode ser fruto de conquistas das classes trabalhadoras."

(DA Economia da Universidade Federal de Minas).

Trabalhadores: que vantagem Maria leva?

Os principais marginalizados pelos debates políticos que vêm sendo travados no país têm sido os trabalhadores. Seguem-se trechos das entrevistas concedidas a Em Tempo por membros das oposições sindicais de Contagem, Osasco e por um integrante da coordenação do Movimento do Custo de Vida, de São Paulo.

A substituição do AI-5 por salvaguardas constitucionais, um dos pontos das reformas políticas pregadas por Geisel, não tem nenhuma importância para a classe operária. O AI-5 impede a participação política dos operários. Mas a lei do arrocho salarial, o FGTS, o sindicato atrelado ao Estado e a lei anti-greve oprimem muito mais e são o AI-5 da classe. O que caracteriza esse regime não é apenas o AI-5, é o conjunto da política e das leis de exceção impostas desde 1964.

Para os operários, as liberdades democráticas são os sindicatos abertos, com democracia e sem peleguismo; o fim do arrocho; o fim da lei anti-greve e fim do FGTS; partido político dos trabalhadores para que o operário se imponha política-

mente por sua conta.

Nessa situação em que a classe operária vive, de desorganização, de desmobilização e de terror mesmo, devido ao FGTS, etc, como é que o operário vai participar de um partido político? Esse partido socialista, por exemplo, se surgir virá de lá para cá e não de cá para lá. Virá da intelectualidade. Como poderá ser um partido que possa falar em nome do operário sem o operário participar dele?

A candidatura Magalhães, assunto de todos os dias nos jornais, nunca significou nada para os trabalhadores. Ele fala em eleição direta; se houver eleições diretas em todos os níveis e com plena liberdade de organização política dos trabalhadores, é claro que interessa à classe, porque dessa forma poderemos participar através de partido político próprio. Mas o Magalhães defende isso? Claro que não. Isso só virá como uma conquista das forças populares. Se não houvesse movimentos oposicionistas fortes nem um desgaste político tão grande do regime é claro que sequer estaria ocorrendo essa briga lá entre eles.

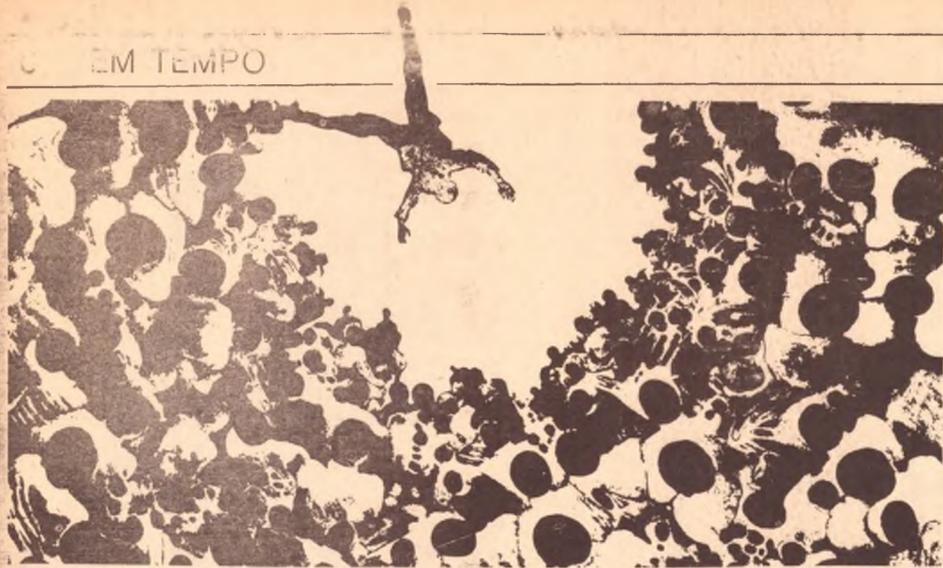
Se o regime fizer concessões, essas concessões terão outro nome: serão conquistas políticas dos setores sociais insatisfeitos.

O trabalhador, hoje, não tem partido político, não tem nada. O sindicato, que é da classe, aqui em Contagem é propriedade privada do pelego João Silveira. Apesar disso, ainda assim os operários têm pressionado, forçando as brechas e terminam conquistando alguma participação. Mas no geral, as lutas operárias ainda são muito localizadas, como mostra o exemplo da reposição (Metalúrgico de Belo Horizonte - Contagem, MG)

Partido de trabalhadores tem que ter trabalhadores. O que se vê é que quem está formando esses partidos são pessoas de nome, capitalistas mesmo. Quem está formando esses partidos são eles. Sem operários, esses partidos não vão trazer benefícios para a classe. Só serão outras formas de enganar os trabalhadores, que já foram tão usados no passado.

O maior apoio que esses partidos poderiam dar: lutar contra o arro-

É preciso ver com cuidado as propostas de novos partidos. A gente não tem nenhuma ilusão de que surgirá um partido realmente da classe operária legalizado. O que vai acontecer é o aparecimento de partidos criados dentro da lei burguesa. Quanto ao partido socialista, isso é coisa da alta cúpula, que nem a população está sabendo. Não se está dando liberdade para as bases organizarem seus partidos. Quanto ao "partido de trabalhadores" do Maluli Neto, ele pode ter um apoio dos pelegos dos sindicatos. Da classe, ele pode conseguir alguma coisa, mas não vai conseguir de maneira nenhuma ganhar as lideranças trabalhadoras. (Membro da Coordenação do Movimento do Custo de Vida)



LOUCURA

“Cada um de nós tem uma certa probabilidade (crescente) de ser julgado doente mental e, talvez, ser internado numa Casa de Saúde”. (Giovanni Berlinguer)

“No Brasil, cerca de 10% da população sofre de algum tipo de distúrbio ou doença mental, taxa que - numa cidade como São Paulo - atinge índices de 15 a 18%. Em média, o aumento anual de casos de doenças no país, é de cerca de 200 mil.” (1) Com esses dados (assustadores?) queremos chamar atenção para um fenômeno político (político, pois não?) do nosso país, em relação ao qual o movimento dos trabalhadores não possui praticamente nenhuma tradição de luta. É uma grande lacuna que existe no seio das lutas de classes em nosso país. Lutar contra uma forma de repressão tão violenta que não existe outra igual em nenhuma outra instituição da sociedade capitalista.

Com efeito, em relação ao doente mental, a violência se situa em todos os níveis da vida do indivíduo; **Jurídico** (irresponsabilidade forçada), **econômico** (dificuldades enfrentadas para conseguir novos empregos), **político** (proibição do direito de reunião, de constituição de associações etc.), **Psicológico e psíquico** (roupas padronizadas, cabeças raspadas, regulamentações de horários rígidos, eletrochoques, doses maciças de medicamentos, receitas condicionadas, repressão à sexualidade, entre outras.)

Motivo de riso. Por que?

Tudo isso faz parte de uma realidade que, em geral, vem sendo aceita como um “mal necessário”. Há uma espécie de conspiração do silêncio em relação à loucura, com a qual nós todos compactuamos na prática.

É impressionante como a ideologia psiquiátrica conseguiu criar estereótipos (clichês) que são reproduzidos pelas grande maioria da sociedade. De um modo geral, como já dissemos, essa prática eivada de violência é aceita como “normal” por membros de todas as classes, até mesmo por alguns cérebros

intelectualizados... O problema da loucura quase sempre é encarada com superficialidade, quando não em forma jocosa, de gozação.

Essa superficialidade, essa maneira “despreocupada” de encarar o problema de loucura, demonstra a eficácia hegemônica da ideologia dominante sobre o comportamento de todos nós. O riso, a comicidade que, em geral, encontramos frente ao doente mental, é uma espécie de fuga do verdadeiro enfrentamento, o que exigiria muito estudo, dedicação e sobretudo compromisso político com um problema que é extremamente complexo e “perigoso”. Esta fuga não é necessariamente consciente. Ao contrário, somos levados a ela, em geral, pelo condicionamento ideológico e pelo desconhecimento relativo da realidade existente em torno da doença mental (melhor, da doença mental dos proletários). Realidade essa que, acrescenta-se, é cuidadosamente mantida fora das vistas da parte da sociedade dita “normal”.

“Manifesto da revolta”

Na verdade, a loucura nada mais é do que uma das mais desumanas formas de manifestação da violência e alienação da sociedade de classes, materializada na lesão do sistema nervoso ou do desequilíbrio do psiquismo, com efeito do condicionamento, da seleção, da discriminação, da exploração mais primitiva ou mais “aperfeiçoada”, conforme as relações vividas pela experiência de cada uma das relações de trabalho e na vida cotidiana. (2)

Como podemos ver, o doente mental é o objeto que concentra maior carga da violência das relações de produção (e suas reproduções ao nível do cotidiano) de uma sociedade que, não podendo e não sabendo resolver o problema de forma científica, se limita a negá-lo no in-

terior dos manicômios. Sabe-se que o internamento, na maioria dos casos, representa apenas a impotência do médico diante de problemas sobre os quais ele não tem controle. Não pode ter controle, pois os distúrbios mentais têm causas múltiplas, que podem variar desde relações deterioradas na família, passando pelo desgaste físico e mental ocorrido cotidianamente, até infecções crônicas, subnutrição e avitaminoses acentuadas. Ressalte-se, entretanto, que é principalmente a massa trabalhadora que é atingida por esta forma de violência.

Para os capitalistas e suas famílias, existem os analistas (a 1.500 cruzeiros por hora de consulta), as estações de repouso, as férias na Europa. Por sua vez, os traumas ou síndromes são de outra origem - em vez da exploração - o ócio, o vício social, o vício e a perversão são, em geral, os grandes responsáveis pelos desequilíbrios na classe dominante.

Quer dizer, seja nas causas, seja nas técnicas terapêuticas, o caráter de classe da doença mental se revela e exige que a contradição se resolva através da luta. Essa luta já está se esboçando em alguns países da Europa, nos EUA e na própria América Latina. (3)

Em 1976, entidades europeias de defesa dos direitos do doente mental lançaram um documento chamado “Manifesto de Revolta”, onde fizeram exigências fundamentais para a modificação das condições vividas pelos doentes mentais. Essas exigências iam desde a abolição de determinadas leis repressivas até o livre acesso à sexualidade, à concepção, ao aborto, à gravidez e a todas as informações que lhe eram vedadas.

Enquanto isso, no Brasil, afóra algumas matérias publicadas esparsadamente pela imprensa, não temos conhecimento de nenhuma experiência ou discussão orgânica acerca desses problemas.

Loucura não é caso pessoal

O próprio conceito de loucura é ainda, de um modo geral, aceito pacificamente da mesma forma como foi divulgado, reproduzido, pela Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923. (4)

Como se sabe, classicamente, a loucura é pensada como a inclusão de “algo estranho” dentro da cabeça da pessoa doente (o que a torna perigosa e motiva as medidas de proteção contra tal perigo).

No entanto, hoje já se discute novos conceitos acerca da loucura.

O professor Luiz Meyer escreve (5): “uma visão dialética do campo onde circula e se atualiza a intersubjetividade deve discernir que a loucura está contida como emergente virtual na organização do ser psíquico e que ela implica o problema da liberdade, não em suas consequências, mas na sua própria estrutura. A loucura não é somente doença da razão; ela é seu complemento necessário. Ela não é o negativo da razão que constituiria e forneceria uma referência positiva. Loucura e razão funcionam como par cambiante cujas diferenciações se ligam à época, à civilização, ao modo de produção etc. A razão de que falamos nada tem a ver com a lógica comum, mas sim com a do inconsciente que a um só tempo produz razão e loucura, isto é, me coloca em disponibilidade face a...”

Discussões ou experiências que levem em conta esta nova conceituação da,

problemática ainda não são visíveis nacionalmente. No Brasil, a psiquiatria, regra geral, vive ainda no século passado e, na maioria dos hospitais, não existe sequer a psicodinâmica do envolvimento médico-paciente. Os internos são simplesmente vigiados intramuros, administrativamente retirados do contato com a família e com a sociedade.

Corações e mentes

A partir do que foi visto até aqui, parece-nos claro que este é problema político (saúde das classes populares) e deve ser enfrentado politicamente.

É preciso tomar a iniciativa de enfrentar o obscurantismo intelectual em que vive atualmente a nossa superestrutura (leia-se “intelligentia nativa”), bem como, é preciso romper com as visões globalistas que reduzem todos os problemas a uma única contradição - capital x trabalho -; sem atentar para a complexidade das contradições vividas por setores específicos da sociedade.

Por sua vez, a análise de nossa realidade conjuntural revela que as classes dominantes não têm interesse em dar prioridade no encaminhamento de soluções para os problemas dos trabalhadores - estão aí para quem quiser ver: educação, transportes, habitação, saneamento, saúde física e mental, entre muitos outros.

É óbvio que esses problemas não existem isolados, nem são obra do acaso. Ao contrário, são resultados de uma política, de uma estratégia do capitalismo em nosso país, a qual está se realizando ainda sem encontrar a devida resistência de uma política consequente da parte dos trabalhadores.

Estas evidências e contradições existem concretamente e é urgente a necessidade de se tomar consciência política delas e de se atuar também concretamente em defesa dessa fração de trabalhadores (doentes), vítimas - como tantas outras - das condições desumanas da vida impostas pela organização capitalista da sociedade.

Final, aproximadamente 10 milhões de seres humanos, apenas no Brasil, estão mais ou menos envolvidos por problemas psiquiátricos. São 10 milhões de braços, 10 milhões de corações e mentes que estão no caminho da degenerescência e da morte. Não temos dúvida nenhuma de que esta é uma nova vida frente de luta. Assim como o são também a luta pelos direitos das mulheres, dos negros, dos velhos, dos menores, dos homossexuais e de todos quantos são alvo da opressão, da discriminação e da exploração. O que falta é sermos suficientemente “loucos” para assumi-la. (Rinaldo Barros)

NOTAS

- 1) Dados da associação brasileira de Psiquiatria, em Movimento - 30.05.76.
- 2) Para os mais céticos, que ainda estão rindo do tema deste artigo, adiantamos que os psiquiatras já estão sendo usados pelas empresas capitalistas para conseguir o aumento da produtividade, agindo junto aos operários com o propósito de convencê-los a cumprir os ritmos Taylorianos dos processos de trabalho, assim como, estão sendo usados pelos serviços de informação para controle de determinadas personalidades ou ainda como coadjuvantes na promoção/cooptação de intelectuais para instituições públicas e privadas. (Ver os artigos “O Psiquiatra como Agente Duplo” e “Os Donos da Saúde vendem seus segredos” em Revista Domingo - Jornal de Brasil 17.07.77.)
- 3) Na França, por exemplo, existem algumas entidades dedicadas à luta pelos direitos dos doentes mentais (Grupo de Informação de Assilos, Comitê de Luta dos Deficientes, Movimento de Trabalhadores da Saúde Mental) reunindo internados e ex-internados em estabelecimentos psiquiátricos. Na Inglaterra, existe a União dos Doentes Mentais; na Alemanha, o Coletivo Socialista de Pacientes e nos EUA existe a Rede Contra o Ataque Psiquiátrico. Mesmo aqui, por outro lado, na Argentina, desde 1971 está tomando vulto a organização das Comunidades Populares (Ver Alfredo Moffatt “Psicoterapia del Oprimido” Ed. ECHRO, Buenos Aires, 1975) e outro vizinho nosso, no Uruguai, já se tem notícia de discussões sobre “os efeitos de ditadura sobre o mundo interior dos indivíduos” (Ver Horatio Amigorena e Marcel Vignar “A Instância Tirânica” em Versus de dezembro/janeiro 1977/78.)
- 4) A L.B.H.M. foi a primeira instituição criada para coordenar a assistência aos doentes mentais no Brasil. Defendia a Eugenia em seus programas, ou seja, o controle draconiano das “pessoas de cor”.
- 5) Ver Luiz Meyer “Violência e Compliance em torno da Antipsiquiatria” in Debate & Crítica n.º 6 julho/75.

O QUE VE SIMONE DE BEAUVOIR

Quase 30 anos após a publicação de *O 2º Sexo*, sua autora, Simone de Beauvoir, se autocritica. As teses centrais de sua obra - não se nasce mulher, torna-se mulher e a emancipação da mulher se dá ao nível do trabalho - permanecem. Sua autocritica se situa no que ela define como “otimismo” - a vitória das mulheres dependeria do êxito da construção do socialismo.

... eu simplesmente não acredito mais que a vitória das mulheres esteja ligada ao advento do socialismo... Certamente, a mulher tem mais independência econômica na URSS. Só que isso não a impede ainda de ter de conciliar sempre a liberdade econômica com o trabalho doméstico”.

Fica claro que seu alvo é a URSS, aliás prato favorito das chamadas feministas radicais. Trata-se a União Soviética como “modelo” de sociedade em que se aboliu a propriedade privada dos meios de produção e também como uma sociedade que se construiu sem contradições, sem luta. Hoje, quando algumas correntes teóricas situam a URSS como uma sociedade capitalista, mostrando que as lutas de classes lá desenvolvidas a partir de 1917 acabaram por recolocar nas mãos da burguesia os meios de produção; quando outras correntes apontam, no mínimo, para o controle da sociedade soviética por uma casta burocrática e nacionalista, faz-se necessário para as feministas olhar com mais cuidado para o processo que se desenvolveu na União Soviética e o papel específico das mulheres neste processo.

A condição da mulher, definida a partir da estrutura familiar, é uma das colunas da velha ordem que é preciso abolir. Esta formulação é clássica no pensamento científico que pensa a sociedade organizada sem classes sociais. Mas nem por isso havia unanimidade no partido bolchevique em relação à questão da família. As posições dentro do partido não eram marcadas por singelas diferenças, mas traduziam divergências profundas que diziam respeito à estratégia política global para a edificação da nova sociedade.

Um passo à frente e dois atrás

Assim, quando a facção leninista prega a organização das mulheres trabalhadoras como único meio efetivo de levar adiante as lutas que comprometeriam a instituição familiar, outras facções - não hegemônicas então no partido - temem que a permissão do aborto e a livre sexualidade engendrem, entre outras coisas, uma diminuição da natalidade o que, consideravam, seria altamente prejudicial naquele momento histórico.

A legislação soviética dá uma mostra dos reflexos da luta entre estas concepções. Datam de dezembro de 1917 (dois meses apenas após a insurreição) os primeiros decretos visando a dissolução do casamento e promovendo a autodeterminação da mulher. O conjunto desses decretos visava apoiar juridicamente as transformações ainda embrionárias e que ocorriam impulsionadas pelas vanguardas. A partir de 1919 deu-se início a um programa de construção de restaurantes e creches objetivando a coletivização das tarefas domésticas e a total supressão dos “papéis femininos” (mãe, dona de casa, esposa). A maternidade, conforme as teses dos quatro primeiros Congressos da III Internacional, é considerada uma função social. A igualdade salarial entre homens e mulheres é garantida pela constituição e medidas são tomadas no sentido de respaldar a mulher no período de gravidez.

De 1933 em diante a legislação vai refletir a nova política levada a cabo pelo partido - em 1935 os pais tornam a ser os responsáveis pela conduta e educação dos filhos; o aborto é paulatinamente proibido, chegando a ser, reprimido com prisão; o divórcio sem motivos fica sujeito a multa; prêmio são distribuídos às mães de família numerosas; institui-se um novo cerimonial para o casamento, e discriminam-se os filhos “illegítimos”. O 20º Congresso e sua condenação formal do stalinismo acaba apenas com as leis contra o divórcio, aborto e filhos “illegítimos”, mantendo, no entanto, o essencial: o casamento legal e os direitos / deveres da paternidade / maternidade.

Sabe-se que hoje grande percentagem de mulheres soviéticas não trabalha, que as creches são em número mínimo em relação às necessidades, que a dupla jornada (trabalho profissional e doméstico) e comum. Se fica difícil empiricamente constatar as barreiras de classe, na URSS, a questão da mulher (entendida ao nível das desigualdades sociais específicas no seio das classes sociais, como produto da divisão social do trabalho) e índice de que o socialismo por lá está longe de ser atingido.

Na encruzilhada dos passos

É isso nos remete a dicotomia básica dos movimentos feministas. Por um lado, aqueles que tratam de garantir à mulher que o capitalismo deve ser combatido através de uma união que não comporta especificidades. Esta linha estratégica tem sido incapaz de dar respostas concretas para a questão da mulher, utilizando uma campanha pseudo-feminista com eficientes propósitos eleitorais. Opondo-se a esta corrente, o chamado feminismo radical - em todas as suas nuances e a qual se filia Simone de Beauvoir - pensa que a contradição fundamental e a falocracia, como se a relação homem/ mulher / dominador/ submissa não fosse uma forma de opressão intimamente comprometida com o sistema baseado na exploração.



Faz-se necessário para as feministas olhar com mais cuidado para o processo que se desenvolveu na União Soviética e o papel específico das mulheres neste processo.

Simone de Beauvoir lançou *O 2º Sexo* em 1949, sem respaldo de nenhum movimento de mulheres, fazendo uma tentativa, talvez inconsciente, de responder ao que acontecera à mulher na II Guerra - a “volta ao lar”, encorajada nas sociedades fascistas e a premência para que a mulher assumisse as ditas tarefas masculinas nos chamados países democráticos. Embora limitado ao nível da perspectiva teórica e também pelo momento histórico, *O 2º Sexo* retomou a reflexão sobre a mulher em nossa sociedade. Mas hoje a compreensão da questão da mulher que identifica no “poder masculino” um aliado do poder burguês, coloca Simone de Beauvoir na pré-história das lutas pela emancipação da mulher. A melhor resposta às posições por ela endossadas foram dadas palavras de ordem escritas nos muros de Londres no início da década de 70: “Não há libertação da mulher sem revolução socialista, não há revolução socialista sem libertação da mulher”. (Ethel Leon)

curto circuito

Do livro *Os Drogados Não São Felizes*, Editora Nova Fronteira, página 136. O autor, psiquiatra - ou anti-psiquiatra - Claude Olivenstein lembra os tempos de maio de 68 em Paris:

“Felizmente o que acontecia, nesse momento, na Sorbonne, me animava. A velha casa caía nas mãos dos estudantes, e tinha-se um pouco a impressão de que as relações humanas estavam sendo reinventadas. (...)

“Euforia, todos falavam com todos, até os que ainda na véspera se ignoravam, e cada qual, diante do outro, parecia querer chegar até o mais profundo de si mesmo. (...)

“Alguns apartes me comoviam particularmente pelo seu tom direto, e principalmente pela sua qualidade de sinceridade. Entre outras, lembro-me de um rapaz que se levantou, dizendo esta frase maravilhosa:

- Eu, que sou revolucionário há 48 horas, só lhes peço uma coisa: escutem, respondam, escutem, respondam. Não façam discurso!”

ajude o autor nacional a sair da casca

fique sócio do clube do livro vanguarda e receba em sua casa os livros que o brasil inteiro vai ler

editora vanguarda ltda.

rua teixeira e souza, 200 fone 65-6835 sp



Os sócios do Clube do Livro Vanguarda já receberam o primeiro livro. Em fevereiro sai “A Voragem dos Moribundos” de Jesse Navarro Jr.

leia O beijo editora boca ltda.



"Um Congresso, onde armadas de coragem viemos lutar pelos nossos direitos de trabalho... Nós metalúrgicas, não nos conformamos com os inúmeros erros que existem dentro das fábricas que trabalhamos. De sermos inferiorizadas nos salários quando produzimos muitas vezes bem mais que muitos homens. De não termos creches para nossos filhos. De sermos exploradas nas produções que devemos dar... querem nos impor uma lei para trabalharmos durante a noite (e chamam isto de igualdade) mas até agora ninguém falou de igualdade de ganharmos igual aos homens..." (Trechos da carta de uma metalúrgica dirigida à diretoria do sindicato).

Mulheres e Metalúrgicas

Em sua visão mística do processo de transformação social, as vanguardas populistas reproduziram na arte a visão do papel de "redentoras" que tinham de si próprias. E como assim se enxergavam, apareciam, ingenuamente disfarçadas em trabalhadores musculosos a quebrar correntes com os braços estendidos para o alto, emergindo de poeiras em meio a raios fumegantes que como nas estampas, contornam os apóstolos bíblicos. Inventou e pintou nos cartazes, operários tristes, rasgados, sujos. Enfim, estropiados coitados a serem redimidos. Sumidos na ruidez dos traços os próprios desenhos mostravam rugas, cansaço, dor. Muita dor.

Os operários neles ganham de imediato solidariedade. Afinal quem consegue se negar? Apresentados ao público nesses traços, desse jeito (... ninguém tem aí por acaso, um pedaço de pão, um resto qualquer de qualquer coisa?).

Esse método "ideal" e paternalista de enfocar a realidade fez com que essa nunca fosse captada. Vale aqui o exemplo: as operárias do I Congresso da Mulher Metalúrgica de S. Bernardo e Diadema nunca estiveram nesses cartazes. A prova? Havia vitalidade e cor — nos penteados, nas faces, nas unhas, nas roupas. Descontraídas e dispostas e em vários momentos recuperando no humor, na piada solta, incríveis descrições de suas péssimas condições de vida.

Olhos atentos nos cartazes. Não é só a propaganda de rua que aliens. (Ethel Leon e Duilio Zoppi)



Foi no embalo das mobilizações pela reposição salarial ocorridas no último semestre de 77 que surgiu a possibilidade, hoje, de realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema. Constatada a defasagem entre a participação masculina e feminina nas lutas ora travadas, a diretoria do sindicato vê a possibilidade de ampliação de sua base social de apoio. Nas assembleias da categoria, enquanto dos cem mil metalúrgicos, cinco mil se faziam presentes, dentre as dez mil mulheres apenas cinco compareciam.

Essa desmobilização levou a diretoria do sindicato a programar todas as atividades do Congresso, visando com ele chamar as mulheres para a atividade sindical, mas relegando a um segundo plano as reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras. A garantia de uma forma mais representativa de levar adiante as reivindicações das mulheres seria a preparação do Congresso nas bases. Mas, no caso, as metalúrgicas nem chegariam a propor esse Congresso, na medida em que sua participação política é praticamente nula. As metalúrgicas se encontraram e se conheceram na hora do início dos trabalhos e se viram diante de uma rotina que, em grande maioria, desconheciam até o momento.

Pode/não pode

— Na minha firma, quando se chega um minuto atrasada, eles mandam voltar. Isso é legal?
— Não, isso não pode.
— Na minha não se pode ficar mais que sete minutos no banheiro, a encarregada vai atrás... Isso pode?
— Não, isso não pode.
— E as denúncias eram feitas, uma atrás da outra, muitas vezes em tom irônico e brincalhão.

— Agora querem tirar nossa hora de lanche. Proibido mastigar! Trabalhar direto, sem parar. Isso pode?
— Ora, a gente para pra lanchear assim mesmo... quero ver no que vai dar... Mas os diretores do sindicato, em geral de pé balançavam a cabeça:

— Não, meninas, a única maneira de se conseguir alguma coisa é através do sindicato. Quando algo acontecer de errado, procurem os advogados do sindicato que são os advogados de vocês, falem com eles. É só através do sindicato que vocês vão conseguir suas reivindicações.

O monitor pedia atenção para o fato de ninguém dizer nada a respeito das mudanças na legislação.

— Que mudanças?
— Essas descritas na palestra, vocês não ouviram? Que estabelecem a hora extra e o trabalho noturno para as mulheres. Que é que vocês acham?

O não é unânime, baseado fundamentalmente na aceitação do papel feminino no lar. Essa também é a visão do sindicato expressa no folheto de convocação ao congresso.

— Como é que vamos cuidar da casa com hora extra ainda por cima?
— E o perigo de uma mulher andar à noite sozinha?

— E o desencontro com a família? Não vai dar certo. Na hora que um deita, o outro levanta... Qual o marido que vai gostar disso?

— A noite é feita pra dormir, descansar o corpo. Ninguém devia trabalhar de noite, nem homem, nem mulher. Eu vejo meu irmão como é que é duro.

— A que horas a gente vai cozinhar, passar, lavar, arrumar a casa?

De tarde nova palestra, desta vez de Paulo Vidal, secretário geral do sindicato, que lançou algumas hipóteses sobre o aproveitamento da mão de obra feminina no setor metalúrgico. O tema da palestra era "condições de trabalho para a mulher". O conferencista afirmou que o ambiente de trabalho encontrado pela metalúrgica é masculino. Por exemplo, os armários ocupados pelas mulheres não têm local para vestidos ou sapatos de salto alto; o atendimento médico não conta jamais com um ginecologista, os banheiros não possuem bidê.

— As mulheres são a salvaguarda da espécie e merecem o maior respeito. E esse ambiente masculino que encon-

A sociedade capitalista tem para com a mulher uma atitude dúbia — nunca a mão-de-obra feminina é totalmente absorvida ou expulsa da produção. Em momentos de crises, retomadas da expansão econômica, guerras, a mulher é chamada a "igualar-se" ao homem assumindo todas as suas atividades, só que com salários inferiores. Ou também é incentivada a não trabalhar fora, o que permite reorganizar a força de trabalho masculina, diminuindo artificialmente a taxa de desemprego. Essa ambiguidade em relação à mulher tem muitas variantes e é dada em função dos momentos históricos específicos de cada sociedade. Seu objetivo último, no entanto, é sempre o mesmo — o lucro, a reprodução ampliada do capital. Nas situações de arrocho

tram não lhes dá esse respeito. A maioria de vocês fica sujeito inclusive a cantadas dos chefes.

Essas preocupações do conferencista não surtiriam efeito junto aos grupos de trabalho. As discussões logo a seguir praticamente reproduziram as conversas da manhã. Desta vez, menos perguntas à diretoria do sindicato e esboços de conclusões. As reivindicações por melhores condições de trabalho e equiparação salarial foram a tônica.

O salário feminino no setor metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema é 57% inferior ao masculino.

— As fábricas deviam ter ventiladores; no calor o teto de zinco esquenta tanto, que as pessoas se molham todas. No outro dia, 12 meninas desmaiaram.

— Já imaginou como é que foram atendidas...

— Se for igual no meu serviço devem ter dito que era fingimento, lavado a menina e mandado de volta pro trabalho.

— Foi assim mesmo!
— Bom, no meu, além disso eles dão "AS", aquele remédio. Dor de barriga?

"AS". Dor de cabeça, de fígado, de ouvido, canseira? "AS". O, santo remédio!

Os esboços de soluções apontadas foram bastante diversificadas, como provaram os 12 relatórios dos grupos. Algumas nuances que se escondem por trás de relatórios e documentos aparecem nas discussões vivas e dão uma mostra da diversidade do nível de consciência. A importância do congresso se situa aí também ao revelar que a maioria das lutas se encontram no plano específico e econômico: as condições de trabalho nas fábricas. Mesmo a questão do aumento salarial foi levantada com pouca ênfase.

salarial, a mulher é jogada no mercado de trabalho para recompor o poder aquisitivo familiar. A manutenção do trabalho doméstico não remunerado barateia os custos da reprodução da força de trabalho.

A história da mulher é de submissão ao homem. Há séculos a mulher — de formas diferenciadas, claro — vem sendo treinada para a passividade, fraqueza, falta de iniciativa. No modo de produção capitalista, portanto, quando se apela para a força de trabalho feminina, sabe-se que se contará com trabalhadoras dóceis e sem experiência de luta, devido à sua flutuação no processo produtivo.

Daí ser o machismo o grande aliado do modo de produção capitalista, pois quando maridos, pais, irmãos e namorados taxam de "natural" o fato de a mulher arcar, além do trabalho fora de casa, com todas as tarefas domésticas, quando deixa a mulher em casa tomando conta dos filhos para assistir a uma reunião, quando a exclui das discussões políticas, quando respeita o seu trabalho apenas como acessório, o que está fazendo é contribuir de fato para que a mulher não tenha noção de seus gestos enquanto membro de uma categoria profissional ou classe social.

Quando os homens assim agem, colaboram para que as mulheres aceitem receber baixos salários exercendo a mesma tarefa que eles — o que vai significar uma queda geral dos salários. Os homens consideram as mulheres suas rivais desleais, sem perceber que trabalhadoras homens e mulheres ficam sujeitos às mesmas leis de exploração, sem perceber que esse sistema social é que é incapaz de absorver todos os contingentes da força de trabalho (No Chile governado pela Unidade Popular a atitude conservadora dos operários para com suas companheiras, fez com que boa parte das trabalhadoras se aliasse às burguesas-puneleiras, o que foi tardiamente reconhecido pelos partidos da coalizão governamental).

E assim também a sociedade se mantém e se continua. A ideologia promove uma certa fraternidade entre as classes sociais. As conversas dos homens... Os cochichos das mulheres... O que aproxima o burguês do proletário? Seu lugar de chefe na família, cabeça do lar, proprietário da mulher. O que identifica a burguesa e a operária? A certeza de que ambas são "biologicamente" inferiores a seus amos individuais.

Algumas metalúrgicas, acentuando os maus tratos dos chefes (eles pensam o quê? Que são o pai da gente?) afirmaram que uma solução ideal seria trocar homens maus por bons.

— Mas por favor, trocar chefes homens por mulheres, não. Elas são muito piores que eles.

Dentre as propostas que surgiram nos relatórios encontravam-se desde a propaganda do sindicato, fiscais do sindicato que surpreendessem as fábricas com visitas não programadas, pressão para que o Ministério do Trabalho cedesse autonomia aos sindicatos, até operação tartaruga e greve. E nas reivindicações, desde redução da jornada de trabalho da mulher para 6 horas, para que ela possa se dedicar aos afazeres domésticos, aposentadoria para a mulher aos 20 anos de serviço, meio período de jornada de trabalho para a mãe até que o filho complete um ano, até creches, berçários e restaurantes para reduzir as tarefas domésticas, salários iguais para homens e mulheres, para maiores e menores, estabilidade de um ano, no mínimo, para a mulher que casa. A hora extra e o trabalho noturno foram repudiados.

— Se querem nos igualar aos homens, então que comecem pela equiparação salarial, e não pela permissão de hora extraordinária e trabalho de noite.

O 1º dia do Congresso terminou com todos de pé, entoando o Hino dos Metalúrgicos.

Sábado, 28/1/78

O número de mulheres aumentou. A conferência da socióloga Annez Andraus traçou um panorama da situação da mulher na sociedade, acentuando aspectos de salário, mercado de trabalho e enfatizando os determinantes culturais da condição feminina. Logo em seguida, novamente os trabalhos de grupos, desta vez 14 grupos, mais de 300 metalúrgicas ao todo.

Uma coisa ficou certa para todos: a realização do Congresso foi suficiente para desencadear mudanças, tanto das empresas, quanto da disposição de luta das metalúrgicas.

— Essa semana lá no meu serviço o assunto foi o Congresso.

Na Polimatic instalaram-se chuveiros numa das seções. Em outra, desobedecendo ao sistema das famosas chapinhas (permissão para ir ao banheiro) as moças todas pararam de trabalhar e foram juntas lavar as mãos. Outro momento de calor intenso, arregaçaram as mangas e pernas da roupa, o que era proibido até então. Na Volkswagen, 254 operários, homens, passaram um abaixo-assinado em solidariedade a realização do Congresso, apoiando "as reivindicações específicas das companheiras".

A idéia que surgira timidamente em discussões do sábado anterior a respeito da criação de um departamento feminino no sindicato se espalhou pelos grupos de trabalho. Isto, apesar do não de Lula: — um departamento feminino, segundo ele, viria dividir a luta dos trabalhadores. O Congresso da Mulher Metalúrgica teria acontecido apenas para chamar as mulheres ao sindicato. Para ele, a partir de então elas atuariam como sindicalistas de modo geral, e não como mulheres, com suas questões específicas.

A opinião das metalúrgicas variava: — No departamento feminino a gente viria sem vergonha, encontrar mulheres com mulheres.

— Tem muita menina que fica sem jeito de vir ao sindicato, acham que é lugar de homem.

— O sindicato tem fama de ser o lugar de perdição, onde os homens fazem propostas... Por isso o departamento feminino é importante. Ele pode acabar com essas idéias.

— Mas também ele é importante para a gente discutir os problemas da gente. Vocês viram: na mesa que dirigiu o Congresso só tinha homem. É claro que eles vão puxar a sardinha pra brasa deles.

— Podiam ter uma reunião a cada mês, cada 15 dias.

— Podiamos ter filmes, cursos.

— Podiamos escrever para o jornal do sindicato.



Os sindicatos, estão, enquanto formas de organização por categorias dos trabalhadores, no campo da luta de resistência ao modo de produção capitalista. Pela compreensão dessa sua função entende-se também seus limites. Eles não aparecem na história das lutas operárias como alternativa de organização ao conjunto da classe — função essa desenvolvida por seu partido próprio. Operam entretanto importante papel de organizar setores específicos dos trabalhadores que disputam no mercado de trabalho capitalista melhores preços pela venda de sua força de trabalho, no sentido de conquistarem principalmente concessões econômicas. Não têm condições portanto, de se oferecerem como alternativa de organização visando a transformação global da sociedade.

No Brasil, desde meados da década de 30 estão sob o controle ainda mais direto do Estado. Incorporados ao Ministério do Trabalho e definidos como entidades de utilidade pública para as quais o Estado delega através das diretorias — o exercício das atividades sindicais, estão sujeitos portanto a qualquer momento à intervenção governamental. Atrilados dessa forma, perdem a independência de mobilização dos trabalhadores na conquista de melhores salários, restringindo sua ação sindical a quase exclusiva prestação de serviços médicos, hospitalares, jurídicos — pagos pelos próprios trabalhadores.

A redação no vestibular: Uma cruzinha a mais?

“Que tragédia é essa que cai sobre todos nós?”

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Há três características mais evidentes que chamam a atenção do examinador de redações (1) no vestibular: o desfile de absurdo (lógicos e gramaticais), a desestruturação do pensamento e da frase, e o espírito conservador que marca a maioria dos textos. Via de regra a redação que se pede é uma dissertação. (2) Sua reinclusão entre as provas, há três anos atrás, se deveu à preocupação de que “a cultura das cruzinhas”, dos “testes objetivos”, estaria deformando a mente da juventude, impedindo-a de refletir, de pensar. O que se nota, através das redações, é que refletir, pensar, criticar não são atividades cuja falta se soluciona meramente através da substituição de técnicas. O teste objetivo é uma técnica de ensino/aprendizagem; sua utilização pode ser boa, ou ruim, ter problemas e vantagens, de acordo com as circunstâncias. Se durante muito tempo ele serviu a um processo de massificação, a questão chave está em descobrir a quem essa massificação interessa, e quem a comanda. Jogar as culpas nos testes não adianta nada. A redação entrou em cena – para trazer, sob outra forma, o mesmo problema de fundo: o que está em marcha é um procedimento, com vários agentes (a política oficial da cultura, o cursinho, a indústria cultural) de massificação da juventude que consegue se candidatar à universidade.

gava às portas da universidade, essas deficiências se diluam nos escritos, nos cursos técnicos, nos passados “artigo 91” e “artigo 99” antecessores dos modernos exames supletivos.

A desestruturação do pensamento e da frase aparece de múltiplas formas nas redações, mas sempre com uma característica comum: embora sejam textos fortemente taxativos, categóricos, elas na verdade não conseguem concluir logicamente quase nada. Ora as redações são meras colagens de frases e mais frases, sem qualquer processo de hierarquização do pensamento; ora ficam repetindo as mesmas coisas, de princípio ao fim, com palavras novas; ora não têm seguimento, o raciocínio parece começar a cada parágrafo; ora apresentam-se como repetições exaustivas de um mesmo tipo de construção sintática. Há fatores circunstanciais que ajudam essa verdadeira “pane de raciocínio”: a pressão psicológica é tremenda, o estudante corre contra o relógio, o espaço é pouco (20 a 30 linhas) e há muita vontade de “impressionar o examinador”, jogando tudo o que se sabe neste pouco espaço. Mas a causa desse procedimento navega em águas mais profundas. Na verdade o que se nota é a presença – tão maciça quanto o “estilo desestruturado” – das “pressões e dos sentimentos convencionais,

CURTO CIRCUITO

O que segue é um autêntico teatro do absurdo. São frases colhidas quase ao acaso, por diferentes examinadores, nas redações do vestibular, de diferentes pontos do país. Aqui está o teatro; o absurdo maior é da realidade. Pode-se ler o conjunto como um coro de desafinados; pode-se provar das frases uma a uma; pode-se vê-las como uma sucessão, compondo a narrativa do que é aventurar-se na maratona do vestibular; pode-se ver nelas um acorde harmônico, símbolo da macrocompetição furiosa em que milhares de pessoas buscam um lugar ao sol. Ao sol?

- Hoje, elo que liga o ontem ao amanhã (Salvador)
- São seis horas, o amanhecer cai lentamente (Uberlândia)
- Sendo possível este (o vizinho) chegar até sua porta e dizer-lhe que o barulho está se aborrecendo (Uberlândia)
- Tudo é controlado, o tempo é quilometrado (Salvador)
- O homem é mais uma peça do know-how (Feira de Santana)
- Sou uma folha branca esvairando no ar (São Paulo)
- O carteiro entregou a carta e se evacuou rapidamente (São Paulo)
- Os ossos de meu corpo são ruidos pela curiosidade (São Paulo)
- O mundo de hoje estão tão acarretado... (Salvador)
- A taxa de natalidade está chegando mais cedo do que prevíamos (Uberlândia)
- ... as migrações rurais, que imigram para o centro urbano em busca de trabalho e acive na nossa pirâmide social (Salvador)
- ... enquanto uns passam fomes, outros desfila boemia (Salvador)
- Ser pobre não é defeito, e sim, uma virtude que Deus deixou (Feira de Santana)
- Mais vale a triste palhoça, onde o riso mora; do que palácios dourados, onde o ouro chora (Salvador)
- É o caso de nós, os heróis, que trabalhamos o dia todo e conseguimos com espírito de luta e mais força de vontade assistir aulas até as tantas da noite (Salvador)
- Ele vive ali apertado naquele ar respirado e quente (Uberlândia)
- Até quando o número 17 será maior do que o 16? (Salvador)
- Enfim o sol já não brilha mais como outrora (Feira de Santana)
- Mas não, as pessoas não param aí, elas prosseguem, numa busca de valores que julgam indispensáveis, de querer saber de onde vem, pra que, pra onde, e no fim de tudo você não está mais apreciando e curtindo o belo, você já partiu pro campo da pesquisa (Salvador)
- Não deixemos que a vida passe por nós; passemos por ela (Salvador)
- Nós somos os verdadeiros algarismos da vida (Salvador)
- Sabem bem o meu gosto pelas coisas intrínsecas, complicadas e suaves (São Paulo)
- Por falar em gostosa não seria nada gostoso se o fiscal tomasse minha prova por não ter concluído no prazo marcado (Feira de Santana)
- Ao se escrever, fala-se corretamente (Londrina)
- A ordem, a exatidão cronométrica, precisa, faz com que a paz seja respeitada, os limites sejam obedecidos e a integridade seja restabelecida (Feira de Santana)
- Vamos gente! Vamos dar as mãos! Somos todos uma corrente pra frente. Estamos todos no mesmo barco que caminha para o além (Uberlândia)
- O suor a gotejar na nuca era a gota d'água que traz as hecatombes (São Paulo)
- E eu soa algum cavalo de grande-prêmio para andar ferrado? (Salvador)

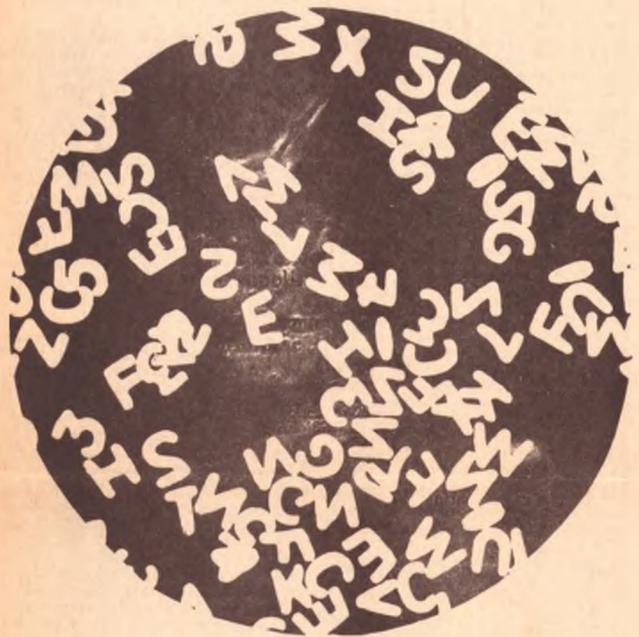
verdade do Amazonas o tema pedia uma comparação, em termos de desenvolvimento econômico, social e cultural, entre o Norte e o Sul do Brasil. A esmagadora maioria das redações enveredaram pela trilha de que o Norte não é tão desenvolvido quanto o Sul (relativamente poucas usavam a expressão subdesenvolvido), mas o Sul já está descaracterizado culturalmente, devido às constantes migrações; no Norte está o “verdadeiro” Brasil, ali “se conserva” a “verdadeira cultura brasileira”; mas o Norte também se desenvolve, depois do advento da Revolução de 64, graças a iniciativas do tipo Transamazônica e Zona Franca de Manaus; devemos cuidar para que esse progresso não descaracterize a cultura; mas enfim tudo é Brasil, com maiores ou menores dificuldades. Um bom número de redações finalizava, apoteoticamente com a expressão “O Brasil é feito por nós”.

Isso significa necessariamente uma adesão a este tipo de pensamento? Nem tanto. Além de um modo de preencher o espaço, e de portanto livrar-se de modo fácil do “abacaxi da redação”, a presença desse linguajar conservador revela o desejo – secreto mas nem tanto – de “agradar” a consciência do possível examinador – aqui visto sempre como conservador, defensor empedernido da gramática, marcadamente nacionalista, “duro”, juiz e algoz ao mesmo tempo.

Da mesma forma, é possível perguntar se isso não significa uma passividade total do estudante diante do processo de massificação a que está sujeito. Há índices, nas próprias redações, de que não; de que isso significa mais, de fato, uma “técnica malandragem” de escapar de uma situação difícil. Uma malandragem curta, cheia de erros, grosseira do ponto de vista lógico, desestruturada: enfim, é o que se tem.

igualmente vaga, mas constante, de tragédia nessas redações. O progresso é visto como algo avassalador, que a tudo arrasta, que tudo leva por diante, que tudo destrói. Há um protesto surdo nessa imagem; o “progresso”, objetivo social definido como socialmente desejável nas mesmas redações, aparece – como o examinador anteriormente mencionado – desempenhando o papel de juiz e algoz, simultaneamente. Em geral, o raciocínio não se completa, pelas razões acima expostas; mas há uma imagem imprecisa aí de que a roda do mundo gira não em benefício dos que a fazem girar. Há, também dispersa, a percepção da situação de massificação a que eles próprios, estudantes, estão submetidos dentro de um sistema de ensino cujo climax é a maratona do vestibular. O exemplo mais agudo que já encontrei dessa percepção foi o das redações de 1976, em São Paulo, quando o tema de um dos vestibulares unificados era “Nenhum homem é uma ilha”, frase de um poema famoso do poeta inglês John Donne. Havia redações que lamentavam o fato de ninguém “ser uma ilha”. Afinal, argumentavam, uma ilha fica quieta lá no seu canto, ninguém a incomoda, não há poluição, ela “vive como quer”...

Para finalizar, queria apontar uma lacuna grave que essas redações de vestibular apresentam, mesmo aquelas que, raras, ensaiam um pensamento crítico melhor formulado. É a ausência quase completa de um pano de fundo histórico. Nas citadas redações do Amazonas poucas falavam em “ciclo da borracha”, quase nenhuma tinha noção de “decadência”: tratavam o Norte como se nunca tivesse acontecido qualquer coisa por lá, como se a região fosse só selva, até as maravilhas milagrosas do pós-64. Os processos de massificação reduzem seu paciente à solidão extre-



O desfile de absurdos – que vai desde erros grosseiros de ortografia até construções do tipo “há diferenças entre o Norte e o Sul do país, o Norte é subdesenvolvido e o Sul é desenvolvido, mas felizmente o Norte já se encaminha para o Sul” – serve frequentemente a comentários do tipo “esses jovens não sabem escrever”, “está tudo perdido”, ou um direto e preconceituoso “é tudo burro”. Os absurdos apontam, de fato, para deficiências de ensino que provavelmente sempre houve no país. A novidade está em que, graças a abertura relativa de mais vagas nas universidades, essas deficiências passaram a aparecer no vestibular, tornaram-se assunto nacional. Antes, quando uma camada ainda mais fina do público estudantil che-

das frases feitas. Usando a expressão de um pesquisador sobre as redações, isso “significa uma ausência quase completa da reflexão pessoal”. (3) Em verdade o vestibular – ápice de todo um sistema escolar, elemento de unidade de casinho enquanto ponto de convergência de diferentes filosofias pedagógicas, expressas na diversidade das escolas – é menos um processo de ensino e de aprendizado e mais um teste de resistência física e psíquica. A redação não é uma “experiência de pensamento”; mas sim uma tarefa para se livrar do modo mais rápido e seguro possível. Na verdade, por esse mecanismo, deve-se ficar o máximo possível dentro do convencional, do terreno seguro, deve-se evitar ao máximo as aventuras. Ora, onde não há re-

flexão pessoal, não há hierarquização do pensamento nem da expressão. A frase feita, do tipo “só o amor constrói”, “desde os tempos remotos o homem tem necessidade de comunicar-se”, “somos um país em vias de desenvolvimento” prescinde de elos lógicos. Ela é “verdadeira” por si mesma, é dogma de linguagem, e não prova de alguma coisa. O processo – num verdadeiro “passe” psicológico – toma conta da cabeça do vestibulando: ele martela pensamentos prontos na sua redação. Este é o problema central e não, como muitos afirmam, o fato de que os jovens só sabem se comunicar através de girias, de expressões “desestruturadas” como “bicho”, “jóia”, etc. (4).

O conservadorismo das redações aparece, também, de diferentes maneiras. As redações sobre um mesmo tema são sempre muito iguais, o que indica um seguimento à risca de modelos aprendidos em escolas e principalmente em cursinhos. Em geral favorecem-se ideias que indiquem a possibilidade de ascensão social. Na Universidade Estadual de Londrina (Paraná) o tema envolvia comentar as construções “Dê-me um cigarro” e “Me dá um cigarro”. Invariavelmente as redações tomavam “o partido” de “Dê-me um cigarro”, construção tão rara na vida prática quanto pedante, e enveredavam por uma enfiada de comentários do tipo “o povo brasileiro fala muito mal”; “há muito desleixo quanto à gramática”, etc. Na Uni-

Os temas das redações também são muito parecidos entre si; em geral giram em torno de coisas como o desenvolvimento urbano, cidade grande versus cidade pequena, desenvolvimento social versus descaracterização cultural: são os temas do progresso. Mesmo que o tema não chame este assunto diretamente, as redações terminam punhando por ele. É comum encontrar nas redações uma nostalgia vaga não se sabe muito bem do quê, uma permanente sensação de desconforto. Essa nostalgia pode caminhar na direção convencional do “como era bom nossa vida paroquial de outrora”, imagem de uma vida que nem era tão paroquial nem tão de outrora assim; mas encontra-se também uma sensação

ma: uma solidão espacial, já que ele tende a não se solidarizar com nada e com ninguém; uma solidão temporal, já que ele tende a se ver como o indivíduo primeiro e único (na verdade são milhões de cidadãos primeiros e únicos muito parecidos entre si): cidadão sem passado histórico e sem projeto de vida próprio. A noção de historicidade se consolida durante a adolescência; perdida aí, perdida sempre, salvo casos e ocasiões excepcionais. Responder a esta lacuna dramática é tarefa urgente de professores, de pais e alunos, mesmo que condições, sistema de ensino, tudo lhes seja adverso. (Flávio Aguiar)

NOTAS

- (1) O autor deste artigo corrigiu redações em 1978 para a Fundação Carlos Chagas que organizou as provas de redação em diferentes cidades do país, como Porto Alegre, Londrina, Jundiaí, Triângulo Mineiro, Campo Grande (Mato Grosso), Salvador, Feira de Santana, Manaus.
- (2) Exceção: o Vestibular da USP, em São Paulo, onde se pediu o desenvolvimento de uma situação ficcional.
- (3) V. Haugwitz Okazaki, “Provas de Argumentação”, in Cadernos de Pesquisa n.º 23, da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, dezembro de 1977.
- (4) Ver, como exemplo desta argumentação, o livro A Redação do Vestibular, de José Armando Macedo, São Paulo, Editora Moderna, 1975.

O retorno ...

Poetas, teatrólogos, críticos de arte, antes de tudo os ex-exilados, eles estão de volta. Um indicio de que as coisas por aqui estão mudando, apesar dos pesares, dos renitentes pessimistas, e do muito que ainda tem para mudar. Um bom indicio.

Eles estão aí e estão falando. Ótimo, não fosse a forma como são tratados pela imprensa, a grande e a outra. Primeiro, a insistência em tratá-los como mártires resgatados e ponto final. Isso em nome do exílio, mas não se permite aos interessados tocar em assuntos que dariam conta do significado desse mesmo exílio. Assim, eles são apresentados não como quem tivesse sido obrigado a abandonar o país, mas como se tivessem hibernado durante algum tempo, só tendo acordado no momento do desembarque. Isso explicar a indefectível pergunta “como achou o Brasil?” (como se lá, fora eles não tivessem notícias alguma sobre estas paragens). E o registro de respostas que versam muito pouco sobre o Brasil, este aqui e agora, e muito sobre lembranças de si mesmo, no passado. As questões políticas, antigas e atuais, raramente entram em pauta. O papel da imprensa, aí, é realçar o especialista e pincelar muito de leve o homem político. E quando pincela, é para homogeneizá-los-pasteurizá-los. No máximo, o registro de nuances de divergências. Restaria perguntar-se as divergências não se anulam sequer no exílio, porque apaziguam-las no retorno? Talvez em nome dum unidade entre opositores dum inimigo comum, o que reforçaria a oposição. Engano. Unidade nunca quis dizer diluição da diversidade, e sim convivência no que é comum e apenas

nisso. Até mesmo engano mercadológico: nossos personagens, com este tratamento, transfiguram-se em seres superficialíssimos. E hoje, mais do que nunca, é tempo de ir além dos murmurios.

O caso de Mário Pedrosa, ensaísta e crítico de arte recém de volta, é exemplarmente revelador. A imprensa tem-nos apresentado a figura simpática, embora um tanto inocua, do velhinho livre-pensador que gosta de comer goiabas. O menino suicamente educado, o amigo dos modernistas e surrealistas, constante em sua crítica à burocracia como em seu amor ao socialismo. E socialismo, ainda segundo a roupagem construída pela imprensa para este personagem, vira um ideal romântico-libertário, com pitadas de cientificismo, para fazer jus à cultura cosmopolita do homem. Não que socialismo e libertação-precisados os termos-sejam dissonantes. Mas introduzidos dessa forma tão vaga, acabam virando uma dentre outras manias progressistas. Talvez porque assim seja mais digestivo. Principalmente quando o assunto é controverso.

A burocracia, aparentemente, não seria tão controversa assim. Todos fecham contra ela. E aí que o negócio começa a enrolar. Fecham uma posição moral? Afetiva? Política? E se for política, o mínimo exigido é a explicitação do que se entende por burocracia. Há tantas, e tantos julgamentos. Se não burocracia perde seu conteúdo de fenômeno historicamente engendrado, e vira o monstro-vinga contra o qual se investe, inofensivamente.

Seria Pedrosa mais um desses quixo-



...sem debates

tes? Apenas o intelectual partidário da liberdade de criação? Um caso de rebeldia estética? Na melhor das hipóteses fica-nos a impressão de que se trata de alguém que partiu de um assombro com a política autoritária e retrograda da burocracia em questões culturais, evoluiu mais tarde para uma crítica política.

Pedrosa, em 28, estava de passagem

pela Europa. Fins da década de 20, época da primeira grande crise no movimento comunista. De dentro do círculo dos homens que haviam encabeçado a revolução parte um alerta sobre os rumos desta primeira experiência socialista. Um alerta sobre a crescente burocratização do partido, que punha em risco as conquistas de Outubro. Talvez a épo-

ca por excelência de toda uma série de questões que ainda hoje mantém imensa atualidade. Uma época que não deixava lugar aos omissos, distraídos, desinteressados. Pedrosa conhece nomes famosos da oposição anti-burocrática que começava a se difundir pela Europa. Mais que isso, testemunha os esforços dessa oposição de esquerda, seu combate pela democratização do partido, sua crença na difícil tarefa de recuperar a revolução, os inúmeros golpes que contra ela são desferidos, sua teimosia. De volta ao Brasil, em 30, traz algo mais que idéias moderníssimas do Velho Mundo. Traz um pouco de todos aqueles episódios, graves, irreversíveis para milhares de homens, de toda aquela luta para se destruir o que então se usava chamar o “perigo terminadoriano”, começavam as excurções dos Robespierres e Saint-Juste do século XX. Para alguns, afirmava-se as crenças de que só a internacionalização do processo começado em 17 poderia evitar o formidável e reacionário recuo em curso. A memória dum época como esta, mesmo que se queira, não some. Pode ser reavaliada, pode ter suas conclusões viradas de cabeça para baixo. Seria o efeito do tempo, da história, seriam as idéias em movimento, reafirmando-se, corrigindo-se, negando-se. Mas como uma história. A mesma que levou Pedrosa às ruas, contra os integralistas, contra a ditadura de Vargas. A mesma que lhe valeu o exílio em 37, prisão e deportação no Estado-Novo, mais um exílio em 70.

A mesma, enfim, que não permite desenhá-lo como livre-pensador desmemoriado. Recuperar o velho Pedrosa na sua trajetória, que confluíu tantas vezes com os caminhos e descaminhos do socialismo. Desta vez, o socialismo transfigurado, que está aí. Das idéias sobre burocracia e arte que tem um princípio em idéias mais amplas. Muitas vezes ele adotou posturas experimentalistas, ou mesmo filo-nacionalistas. Mas certas matrizes persistiram, ainda que ate-

nuadas. Senão, como entender a afirmação de que a revolução social e a revolução política por fazer nos países ditos socialistas, não substituem a revolução da sensibilidade, e que esta jamais será comandada por homens que compreendam apenas os mistérios das primeiras? Ou a análise dos desastres da arte soviética a partir da noção de burocracia como grupo dominante? Há cerca de meia dúzia de caracterizações de burocracia. E se esta é uma, em particular, porque não explorar essa especialidade? Enriqueceria política e culturalmente nossas cabeceiras. Sugeriria que uma das determinações do realismo socialista é a existência desse grupo dirigente que, para perpetuar-se necessita impor sobre a produção ideológica um controle mais férreo do que as classes dominantes do mundo capitalista, que por serem classe, têm outras mais vantajosas formas de controle (embora não dispensem esta).

Poderíamos discordar ou concordar. Mas estaríamos então debatendo com uma posição, tese, ou seja lá o que chamarmos, inteira. Com uma visão de mundo. Com a crítica que ele dirige à cultura nacional-popular ao afirmar ser o espontaneísmo cultural tão perigoso como outros espontaneísmo que grassam por aí. Com sua defesa da Constituinte.

Com seus elogios ao campesinato. Com os projetos atuais de fazer uma exposição. Com o Pedrosa deste mês de janeiro, que não lemos, e que pode até não ligar tanta importância ao Pedrosa de ontem. Melhor, estaríamos debatendo com as articulações entre todos esses assuntos. Com as transformações, com as permanências.

Afinal, se as idéias, no seu desenvolvimento, são uma historiinha por si só, elas também contam muito da história que estava se passando ao redor. E no nosso caso, são quase 80 anos de idéias e histórias em jogo.

Márlia Maria

Com a palavra, a Ilha.

Como Cuba enfrenta hoje a política externa dos Estados Unidos? Que posição ela assume diante da campanha por "direitos humanos" de Carter? E a questão africana? Quais seriam as perspectivas da América Latina? E a atual crise mundial do capitalismo?



Rafael Rodríguez

CARLOS RAFAEL RODRIGUEZ, membro do Comitê Central do Partido Comunista Cubano, discute estas e outras questões em entrevista ao jornalista Pablo Galvez, da revista mexicana "Cuadernos del Tercero Mundo" (edição de outº/77).

— O presidente Jimmy Carter confunde a maior parte dos observadores, que não conseguem caracterizá-lo. Sobre este ponto, duas coisas: Como o caracterizar? Que política você acredita será seguida, e nos aspectos básicos, pela atual administração, e o que representaria de novo em relação ao passado?

É difícil e prematuro definir o presidente Carter. Tem semelhanças com Woodrow Wilson e John Kennedy, mas Carter nem frequentou Princeton, nem se formou nos grupos milionários de Boston. É um produto de Plains e está marcado por essa formação inicial. Há nele um ingrediente moral muito ao gosto dos norte-americanos, que ensaiam uma recuperação depois do desastre de Nixon.

Como você sabe, o grave da política imperialista dos Estados Unidos é que o povo norte-americano lhe deu seu apoio com a convicção profunda de que está realizando um dever moral internacional, o mesmo de quando respaldou a intervenção no Panamá na época da separação da Colômbia, de quando referendou o avanço do paralelo 38 da Coreia, ou quando apoiou as forças aliadas na Primeira Guerra imperialista de 1914-1918. O importante e dramático da guerra do Vietnã, do processo de Cuba e de Watergate, que foi a culminação daqueles acontecimentos, é que pela primeira vez o povo norte-americano pôde se dar conta de toda a podridão e inumanidade que havia na política do imperialismo, tanto no exterior quanto internamente. O baque moral foi grande e constituiu uma das mais importantes crises de consciência e política do povo norte-americano.

Carter se propôs resgatar aquele ingrediente moral da política externa, e por isso lembra Wilson, mas quer fazê-lo com um matiz de posições liberais similares a de John Kennedy. Seu estilo é, no entanto, mais rural, e aqui está a influência de Plains.

No que diz respeito à América Latina e aos países do Terceiro Mundo, isso significa uma mudança de métodos na aplicação da política que mais convém aos interesses permanentes dos Estados Unidos, como potência, e de seus grandes monopólios como força fundamental do país. Mas não há dúvidas de que cometeríamos um erro se não percebêssemos que essa forma de levar a política norte-americana sob Carter, cria também, de nossa parte, a necessidade de uma resposta distinta daquelas que demos diante das brutalidades de Johnson e de Nixon.

Direitos humanos como instrumento político anti-soviético

A presença de Andrew Young e a de Kissinger na África não é a mesma coisa, embora o que se procure não seja diferente.

A distensão continuará. É quase inexorável. Mas o "trilateralismo", a globalidade de critérios que Carter quer atingir, em vez daquela hegemonia atlântica de Kissinger, dá à situação internacional um novo matiz.

Que fins acredita que Carter persegue com sua campanha sobre direitos humanos, na qual coloca em um mesmo plano as ditaduras reacionárias e as nações socialistas? Cuba vê essa campanha como um perigo efetivo à distensão?

— O assunto dos direitos humanos reflete a contradição interna de Carter. Não duvidamos de que na defesa dos direitos humanos apareça esse ingrediente moral que é parte de sua personalidade e que pretendeu reincorporar à política externa norte-americana, mas o uso que setores da política norte-americana pretendem dar a ele converte esse problema em um instrumento político anti-soviético — e anti-socialista em geral. Pretendem continuar usando os direitos humanos na crítica ao sistema socialista, dar a esses direitos uma interpretação completamente formal, e aí está seu perigo tanto para o processo de distensão, como veremos, como para os próprios objetivos políticos do presidente Carter.

No que se refere à substância do assunto, há uma evidente confusão entre democracia e liberalismo. Os regimes socialistas nunca afirmaram que praticam o liberalismo como sistema de governo. São, isso sim, a manifestação mais completa e total que já existiu na história, da verdadeira democracia. Democracia quer dizer o governo pelo povo, e, por isso, Lenin distinguiu com nitidez a democracia burguesa — onde o poder do povo não só está limitado, mas é puramente formal (por isso, Jean Jacques Rousseau dizia que a democracia inglesa existia apenas uma vez a cada sete anos, quer dizer, quando o povo inglês ou parte dele tinha o direito de depositar um voto nas urnas) — e a democracia dos trabalhadores, ou socialista, na qual o poder real está todos os dias não só com a classe operária, que é a mais numerosa, mas com o povo em seu conjunto, operários, camponeses, classes médias, trabalhadores administrativos, intelectuais etc. Não creio que sobre isso possa existir alguma discussão.

Os políticos burgueses reprovam esse socialismo profundamente democrático e que não aceita certos elementos do liberalismo tradicional; reprovam que em alguns países socialistas não exista o pluripartidarismo,

ou que instituições que são o resultado da luta do povo contra os regimes feudais ou burgueses — por exemplo, o habeas corpus — não figurem ali à maneira ocidental. De nossa parte, poderíamos fazer um catálogo de todas as mentiras desse suposto liberalismo. Basta dizer que nos momentos decisivos da história de cada país tudo isso não é mais que uma piedosa mentira.

A segunda e talvez mais decisiva confusão é a que se pretende criar a respeito da resposta de Fidel Castro a um jornalista norte-americano, em que demonstra como nós, os socialistas, estabelecemos pela primeira vez a vigência dos reais direitos humanos: o direito de comer, de emprego, de acesso de todos à educação, do gozo gratuito de assistência à saúde, de nossas mulheres e filhas não terem de se entregar à prostituição, de eliminar por completo a discriminação racial, e tantos outros. Enumerando esses elementos, se vê que nenhum desses direitos humanos tem vigência verdadeira na mais poderosa das chamadas "democracias ocidentais", os Estados Unidos.

Por outro lado, como dissemos, o uso que Carter e seus associados querem fazer do problema dos direitos humanos na política internacional se voltou contra eles. Talvez envolvidos em sua própria propaganda não se deram conta de que a imensa maioria de seus aliados não apenas mantém regimes profundamente antidemocráticos, mas que são também exemplares notórios da falta de todo tipo de direitos humanos em suas sociedades: não só daqueles mais importantes e profundos, mas também daqueles que no Ocidente se pretende apresentar como baseados em nossas sociedades socialistas. E por aí que as restrições que Carter pretendeu aplicar a determinados países (porque neles não se pratica este ou aquele princípio que figura formalmente na vida política norte-americana quando não têm necessidade de suprimi-lo, provocaram choques com a maior parte de seus aliados do cone sul latino-americano e da América Central, como também com os seus melhores satélites na Ásia e África.

Por isso começa a funcionar de novo a velha hipocrisia moralista. Se diz que não haverá ajuda para os governos que não respeitam esses chamados "direitos humanos", mas em seguida isso é relativizado, dizendo-se que determinados governos, que não permitem a seus cidadãos nem respirar e mantêm cárceres cheios de presos políticos se continuar ajudando, porque se não, o povo sofreria as consequências. É uma maneira tartufiana de exercer a política internacional. Nada é mais ridículo, e portanto provoca mais irritação, que ler nos telegramas internacionais a notícia de que o secretário de Estado Vance e o Xá do Irã comprovaram a identidade de pontos de vista de ambos os governos em torno aos "direitos humanos". Como se no Irã a vida humana valesse um centavo para os opositores do Xá e como se os cárceres não estivessem lotados de gente que se atreveu a abraçar o marxismo-leninismo ou simplesmente a exigir o pão.

Na América Latina, o avanço de setores progressistas

— Nesta década, os setores progressistas sofreram sérios reveses na América Latina e o quadro continua sombrio. Há elementos para pensar que essa situação sofrerá mudanças, especialmente no que se refere às ditaduras do cone sul? Nesse aspecto, acredita que a posição do governo Carter influirá?

— Eu diria que embora como você diz, nestes sete anos de década, os setores progressistas sofreram sérios reveses na América Latina, não há dúvidas também de que têm ocorrido importantes progressos na área, que não podemos deixar de levar em conta. As transformações ocorridas no Caribe e o aparecimento de governos que proclamaram intenções de mudança socialista, como os da Jamaica e Guiana, assim o demonstram. Na Venezuela surgiu uma política nacionalista de defesa dos recursos naturais do país, que aprofunda contradições importantes com o imperialismo norte-americano e que atua, sem dúvida, no desenvolvimento posterior da política continental. Os anos de governo de Echeverria no México significaram uma renovação, tanto na política externa quanto na interna. Pela primeira vez, a oligarquia político-econômica, que, depois das tentativas de transformação de Cardenas, governou tranquilamente por quase 40 anos, é questionada por amplas camadas populares, que começam a buscar formas políticas idôneas para obter o acesso a posições de poder.

Os anos que se seguiram ao estabelecimento do poder militar de Velasco Alvarado, no Peru, deixaram uma marca inapagável, qualquer que seja o rumo imediato daquele país, onde agora se parece buscar uma solução constitucional à crise política ali criada.

Em seu conjunto, a partir da Revolução Cubana, a dinâmica dos acontecimentos latino-americanos se manifestou, evidentemente, no sentido do avanço contínuo e no do desenvolvimento crescente da consciência popular, em especial da classe trabalhadora, embora a es-



Para Rodriguez, Fidel expôs o internacionalismo na África

querda não tenha triunfado. E se bem que, como se disse na Conferência dos Partidos Comunistas de 1974, não seja possível prever, no plano imediato, o desenvolvimento de revoluções que realizem como os obtidos pela Revolução Cubana, não é menos certo que o que cresce nos povos da América Latina não é a influência ideológica burguesa ou reacionária, mas as idéias progressistas e revolucionárias. Aumenta também a organização da classe operária.

Quando alguém observa os países onde as derrotas foram maiores, como o Chile e o Uruguai, ou onde a situação piora, como a Argentina, nota claramente que a reação e o imperialismo não deram resultado de modo definitivo com suas vitórias, por brutais e sanguinárias que tenham sido. O fracasso de Pinochet e de sua junta militar é ostensivo no Chile. A incapacidade da reação militar governar no Uruguai é a cada dia mais patente. A Argentina busca continuamente alternativas para uma crise que se expressa em milhares de mortos por ano. No Brasil, qualquer "abertura" do governo, como as sucessivas eleições em que se permitiu a existência de uma oposição controlada, indica, com verdadeiras explosões populares, que o povo exige mudanças e que está disposto a obtê-las.

África, o cenário decisivo das lutas antiimperialistas

É que o imperialismo não tem soluções para os problemas básicos da América Latina. Agora, as "alianças para o progresso" não enganam mais ninguém. As discussões sobre os problemas do comércio, sobre a política das transnacionais agravam, em vez de resolver, as contradições entre a América Latina e os Estados Unidos. Por isso, apesar de nesse momento prevalecer na América Latina governos de cunho fascista, que aparentemente garantem os interesses norte-americanos, os Estados Unidos são demasiado sábios para notarem a debilidade de tais regimes. Jorge Dimitrov, que a história caracterizou como o personagem mais destacado no combate contra o fascismo e o nazismo, deixou uma observação de valor permanente: "O fascismo — disse — é um poder feroz, porém precário". Por isso que hoje, para impedir os avanços de uma autêntica revolução, o imperialismo e alguns governos reformistas não encontram outro caminho senão o de estimular a influência social-democrata na América Latina.

Este é um fenômeno novo, porque, embora na época em que Haya de la Torre, Muñoz Marín, Figueres e Betancourt eram os propagandistas principais do anticomunismo de Washington e defendessem soluções tipicamente social-democratas, nunca se vincularam oficialmente à Internacional Socialista. Agora, em Caracas, no México, Willy Brandt, Mário Soares e outros atuam para estender a América Latina as posições da social-democracia ocidental. Pessoalmente, acredito que seria errôneo considerar que essa presença — que sem dúvida é útil ao imperialismo — é tão perigosa como a dos sustentadores do fascismo. Mas acredito também que os que querem desenvolver uma autêntica e profunda revolução latino-americana, que produza as transformações necessárias, terão de levar em conta os perigos de um desvio reformista que essa atividade social-democrata tende a estimular.

— Como qualificaria a importância da África no atual contexto internacional?

— A África converteu-se num dos centros decisivos da política contemporânea. Terminada a luta heróica e vitoriosa do Vietnã, que com o Laos e Kampuchea (ex-Camboja) arrebataram ao imperialismo a antiga Indochina e criaram uma nova situação no sudeste asiático, a África é hoje o cenário mais importante da luta contra o imperialismo e os restos de colonialismo.

A América Latina está, nesses termos, um pouco atrás, o que tem muito que ver com a existência, entre nós, de velhas oligarquias, nas quais entrelaçam-se interesses de antigos latifundiários com os de novas burguesias dependentes dos monopólios e transnacionais estrangeiras, que constituem um instrumento e apoio da presença imperialista, enquanto que aqueles setores da burguesia que, pela natureza de suas produções, entram em contradição com o imperialismo permanecem sendo débeis e conciliadores.

Trilateralismo não resolve contradições do capitalismo

Na maior parte dos países da África, pelo contrário, não existem essas estruturas consolidadas, das quais o imperialismo poderia se valer. A derrota do colonialismo português, devida em grande parte à luta dos povos de Guiné Bissau, Moçambique e Angola, criou na África uma nova possibilidade. A agressão que o imperialismo iniciou contra Angola, por meio de Mobuto, no Zaire, e das forças da África do Sul, deu origem, a um dos acontecimentos mais importantes dos últimos tempos, com a expressão internacionalista de Cuba e a luta do povo angolano. Essa situação polarizou as forças da África e consolidou a posição revolucionária de mais de

vinte países africanos que nesse momento souberam assumir uma autêntica posição revolucionária de solidariedade com Angola. Sekou Touré, da Guiné, extraiu de imediato as consequências políticas dessa poluição quando falou da necessidade de uma frente única dos progressistas africanos. A África "se move", e isso é o que inquieta aos imperialistas, pois os europeus se mostram hoje aparentemente mais ativos que o imperialismo norte-americano. A manipulação do Egito e do Sudão, a utilização do Marrocos e a mobilização da retórica de Leopold Senghor são parte dessa angústia que a situação africana causa nas chancelarias imperialistas.

Como qualifica a doutrina "trilateral" (Estados Unidos, Japão, Europa Ocidental)? Acredita que é possível harmonizar os interesses das potências capitalistas ao aplicar-se na prática essa doutrina?

— A chamada doutrina "trilateral" é uma das alternativas do imperialismo norte-americano para assegurar seu domínio no mundo. Kissinger pretendeu exercer esse predomínio de uma forma hegemônica um tanto brusca. Seu "atlantismo", que sem dúvida ele considerava tão necessário como Brzezinski, dava, entretanto, às potências da Europa Ocidental uma posição ostensivamente secundária, o que causou não poucos inconvenientes na aplicação dessa política. O "trilateralismo" é uma forma distinta de reconhecer a necessária globalidade da política imperialista nas atuais circunstâncias históricas. Essa globalidade resulta da enorme força expansiva das idéias revolucionárias e da influência crescente do socialismo. Historicamente, a correlação de forças se inclina mais e mais para o socialismo. Para detê-lo os imperialistas precisam de esforços tenazes e conscientes para conseguir a globalidade necessária dentro de uma situação que engendra permanentes contradições. Os Estados Unidos têm que reconhecer a existência e os objetivos próprios do Japão e da Comunidade Econômica Europeia, e o "trilateralismo" é um "método" para focar essa colaboração.

"Estou certo de que o sistema burguês está condenado"

Por outro lado, será impossível eliminar as contradições, que se fazem mais agudas na medida em que a crise permanente do capitalismo ameaça com situações cada vez mais catastróficas. Além disso, o fato de Washington tratar com consideração maior seus sócios em Toquio e de Bruxelas não reduz a decisão hegemônica dos Estados Unidos. É certo que a personalidade de Carter e sua forma de manifestar-se "seduziram" seus colegas e inclusive, serviram para minorar a tensa situação que existia com Schmidt e a Alemanha Ocidental. Mas a história mostra que o decisivo nestes casos não é o encanto pessoal nem os bons modos. Substancialmente, prevalecem as necessidades econômicas e as tendências de cada força imperialista se sobrepor às demais.

— Em que medida vê presente a crise do capitalismo nos problemas internacionais mencionados?

Acabo de enumerá-los. A crise geral do capitalismo e mais especificamente, a crise econômica, que constitui fenômeno cíclico e uma ameaça permanente, é o cenário em que se movem esses problemas. Se afirmei que o imperialismo norte-americano não teria soluções para a América Latina é porque pensamos que as dificuldades financeiras que o atingem não permitem uma capacidade excedente de manobra que, no passado, lhe permitiam fazer algumas concessões para contentar a seus insatisfeitos subalternos das burguesias dependentes da América Latina. Os chefes do capitalismo contemporâneo, já admitiram que têm sobre si 15 milhões de desempregados e que não podem conter a inflação. Essa dualidade dramática os encurrala e eles não podem e nem poderão resolvê-la. O espectro de uma competição comercial elimina os sonhos dos governantes do capitalismo. E essa competição se faz cada vez mais inevitável, à luz das situações desiguais que existem entre eles e das possibilidades — derivadas da eficiência tecnológica e do barateamento relativo da mão-de-obra — que algumas dessas potências podem utilizar em uma competição de preços que traria as mesmas consequências que engendrou os anos da grande depressão.

Tudo confirma que o diagnóstico de Marx sobre a crise do capitalismo está correto, apesar de ter sido, paradoxalmente, a brilhante tese e a profunda análise de Karl Marx que permitirá a Keynes e outros teóricos da economia burguesa encontrar os instrumentos para minorar a crise e adiar um novo 1929. Entretanto, quando alguém fala com os dirigentes da economia internacional capitalista, sai convencido de que eles mesmos não sabem até quando essa situação poderá durar, acumulando a cada dia mais elementos explosivos e que, em alguma oportunidade, chegará ao ponto de catástrofe. Não gosto de ser apocalíptico, mas estou convencido de que o capitalismo já está condenado.

Alugam-se repórteres. Tratar com a CIA.

Num momento em que se discute no Brasil sobre a liberdade de imprensa, levando também em consideração o papel da "imprensa livre" norte-americana no caso Watergate EM TEMPO publica um comentário sobre os limites dentro dos quais age a imprensa na sociedade capitalista, particularmente no país considerado o "baluarte da democracia Ocidental". As recentes "revelações" do New York Times sobre a interferência direta e indireta da CIA na imprensa do "mundo livre" representam nada mais do que a mínima ponta de um imenso iceberg de podridão.

Terminaram os dias de glória da imprensa norte-americana, vitimada pelas revelações de que os heróis de Watergate e dos Papéis do Petágono eram também os vilões que se prestavam ao jogo quase sempre sujo do serviço de espionagem dos Estados Unidos. As recentes revelações feitas por um dos heróis/vilões, o New York Times, ressalva a honorabilidade de alguns jornalistas, impedindo uma identificação genérica do correspondente estrangeiro norte-americano como espião, mas lançaram uma ponta de dúvida sobre suas reportagens e seus interesses.

Um líder político latino-americano exilado em Nova Iorque, comentando o entrelaçamento dos interesses da CIA, das grandes corporações proprietárias de jornais nos Estados Unidos e dos impérios jornalísticos do Brasil, do Chile e da Argentina nestas últimas décadas, afirmou que possivelmente as revelações do New York Times sejam apenas o pico visível de um iceberg imenso.

No que se refere especificamente ao caso da imprensa norte-americana, as revelações do Times não provocaram o que se chamaria de um terremoto, mas contribuíram para que a crista que se erguer implacável após o escândalo de Watergate baixasse levemente a humilhação. Levemente porque alguns dos envolvidos nos serviços de espionagem - a soldo ou não da CIA - usam as colunas em seus jornais e revistas para considerar o interrelacionamento CIA-correspondente estrangeiro e a mútua troca de informações como um fato natural, que em nada arranhava a ética profissional ou prejudicava o trabalho jornalístico em si. Outros justificaram seu envolvimento com a cãndida explicação de que o mundo da guerra fria não possibilitava a existência do repórter neutro, do relato imparcial, pois a imprensa era uma das armas dessa guerra. Foram explicações como essas que permitiram que a CIA montasse o que o jornal Guardian de Nova Iorque (um nanico daqui que se diz

radical-independente), chama de "programa global alugue-um-repórter".

Parte desse programa global já havia sido revelado pelo repórter do Watergate, Carl Bernstein, num artigo que a revista Rolling Stone publicou meio ano antes que o New York Times nos apresentasse com sua série no Natal passado. Uma boa parcela das revelações de agora já eram de conhecimento público, junto com outros fatos que Bernstein e o Times omitem ou citam apenas ligeiramente.

"No interesse da segurança nacional", jornais e jornalistas submeteram-se à pressão do governo e dos serviços de espionagem dos Estados Unidos nos seguintes episódios:

1. O público norte-americano deixou de ser informado do que ocorria na Coreia no início da década de 50, com a sonegação de fatos relacionados aos complicados bastidores da pré-guerra e ao inútil comando das Nações Unidas na região.

2. As principais organizações jornalísticas, inclusive as agências de notícias, recebiam os planos da CIA para derrubar o governo democraticamente eleito de Jacobo Arbenz na Guatemala, numa invasão patrocinada pelos serviços secretos norte-americanos que acabou tendo amplo sucesso. Desde então, 1954, até agora, nenhum dirigente "comunista" pôs os pés no palácio presidencial guatemalteco graças ao trabalho da CIA (e dos jornais) que "salvou" a Guatemala para a "democracia", para o "Ocidente cristão" e principalmente para a bananera ex-United Fruit, hoje United Brands.

3. As origens da intervenção norte-americana no Vietnã foram denunciadas apenas pelas "honrosas exceções" de sempre. A cobertura dos grandes jornais e das agên-

cias justificava a presença usando os jargões que se repetiriam em todas as outras intervenções, diretas ou veladas, da CIA: "perigo comunista", "interesses da democracia" etc. Alguns jornalistas e seus jornais mantiveram os jargões até o fim, inclusive nos despachos que eram emitidos de Guam ou de Banckok, após a queda de Saigon nas mãos do Vietcong.

4. Herbert Matthews, o jornalista que entrevistou Fidel Castro para o New York Times no início da guerrilha contra Fulgêncio Batista, considera que a mais miserável cobertura de seus 35 anos de jornalismo foi a da questão cubana. Por questão cubana ele quer dizer a invasão da baía dos Porcos e a crise dos mísseis. Pelo menos o Miami Herald e o New York Times conheciam os detalhes da arremetida de anticomunistas que a CIA patrocinava e treinava - primeiro na Flórida, depois na Guatemala - para tentar invadir Cuba e derrubar Fidel Castro. "Em nome da segurança nacional", as informações não chegaram às bancas.

5. Pouco tempo antes, tanto o NIT como outros jornais sabiam da existência dos vôos de espionagem sobre a União Soviética, mesmo com os desmentidos do governo. Nenhum deles publicou nada até que as fotos do U-2 e de seu piloto Garry Powers fossem jogadas no rosto de Eisenhower em 1960, em Paris, fazendo abortar uma conferência de cúpula de Ike com o premier soviético Nikita Krushchev.

6. Mais recentemente há o encobrimento da história fiasco do submarino Glomar, que naufragou no pacífico e para cujo resgate a CIA gastou inutilmente cerca de um bilhão de dólares, boa parte dos quais através do excêntrico milionário Howard Hughes. O repórter do Times que tinha toda a história, Sy Hersh, foi intimado a calar a boca e foi escalado para cobrir os jogos de beisebol do Dodgers, a pedido de William Colby, então diretor da CIA.

7. Mais recentemente ainda, há a história confusa de como os papéis que estavam, dentro da pasta de Orlando Letelier quando ele foi assassinado em Washington, em 1976, foram parar nas mãos de jornalistas que, reconhecidamente, são frequentadores dos escritórios dos serviços de espionagem, entre eles Jack Anderson, Evans & Novak, William Buckley (que até agente da CIA já foi) e Jeremiah O'Leary. Tais documentos tentavam dar a impressão de que Letelier, ex-chanceler de Allende seria um agente de Havana ou de Moscou.

Todos estes fatos também compõem o panorama da imprensa americana anterior, contemporânea ou posterior aos dias de glória quando o escândalo de Watergate transformou a imprensa numa espécie de tribunal anti-Nixon. E uma amostra de que a imprensa não é tão livre como parece e de que os episódios de submissão às pressões parecem ser mais frequentes que os de independência.

Até mesmo a glória máxima dessa imprensa, a cobertura do Watergate, está sendo analisada do ponto de vista dos interesses a que serviu. Uma das especulações é a de que toda a pressão contra Nixon integrava os esforços dos bancos, corporações e órgãos de imprensa agrupados da Comissão Trilateral que se opunham à "nova política econômica" da Casa Branca. Esta, a partir de 1971, pretendia mudar o sistema monetário e comercial do mundo num sentido que seria prejudicial aos interesses e aos lucros das corporações multinacionais. Editores e diretores da revista Time, e dos jornais Washington Post Los Angeles Times, entre outros, estão entre os 200 membros da expressão mais atual do capital monopolista internacional que e a Comissão Trilateral, junto com quase toda a equipe do governo Carter.

Olyr Zavascki, de Nova York



Tribunal Russel e a violação dos direitos humanos na Alemanha

Siegfried Buschschluter, Bonn

O governo da Alemanha Ocidental está profundamente preocupado com o efeito que o desdobramento do Tribunal Bertrand Russel sobre repressão na Alemanha Ocidental poderá ter quanto à imagem externa do país. Essa iniciativa está sendo encarada pelo governo germânico como uma tentativa de grupos da "nova esquerda" de desencadear uma campanha difamatória contra o país.

Um documento confidencial do Ministério do Interior que acabou nas mãos da imprensa, conclui que os perigos advindos do Tribunal devem ser evitados. Entre as "contra-medidas" propostas no documento acham-se instruções para as autoridades públicas não cederem locais para manifestações relacionadas com o Tribunal, impedir a polícia e impedir a entrada de estrangeiros que venham tomar parte nesse evento.

O primeiro Tribunal Russel, realizado em 1966, dedicou-se a desvendar os crimes cometidos na Guerra do Vietnã. O segundo, em 73, foi convocado para examinar violações dos direitos humanos na América Latina, especialmente no Chile, enquanto o terceiro, iniciado em outubro passado e que vai até abril deste ano, examinará as consequências do decreto que proíbe o acesso de "extremistas" ao serviço público e a ameaça aos direitos hu-

manos contida na nova legislação de combate ao terrorismo.

Desde a primeira vez que a idéia do Tribunal sobre a Alemanha Ocidental foi levantada, em meados de 76, a reação das autoridades tem sido de hostilidade e a escolha desse país foi encarada como um insulto. Nesse sentido, esse governo vem tachando os organizadores de Tribunal e os grupos de esquerda que o apoia de solapadores da democracia alemã.

O anúncio desse terceiro tribunal, em outubro último, foi feito em meio ao sequestro de Schleyer e do Boeing da Lufthansa e foi considerado extremamente inoportuno por muitos alemães. Já nessa época, mesmo os Estados mais liberais da Alemanha, mostravam tendências no sentido de suprimir algumas das liberdades democráticas na luta contra o terrorismo.

A mais notória dentre as novas leis restritivas às liberdades (a chamada Lei Kontaktsperre), isolava virtualmente de exterior a todos os prisioneiros que haviam cometido ou eram suspeitos de atos terroristas. Essas e outras medidas confirmam hoje o espectro de uma Alemanha que caminha para o autoritarismo.

Diante desse quadro, o governo alemão, esta preocupado com os desdobramentos que poderá ter esse Tribunal, no sentido de dar uma aparência autoritária do governo. De acordo com o documento confidencial do Ministério do Interior, existe o perigo de que tal evento poderá fazer aflorar novos protestos, acumular e intensificar os já existentes, assim como fortalecer o extremismo violento e a simpatia pela luta dos terroristas contra o Estado.

Algumas das contra-medidas sugeridas no documento reforçam os temores de uma recada da democracia alemã no autoritarismo. Pensando a oportunidade de banir ou dissolver o Tribunal, os autores do documento concluem pela conveniência de a polícia acabar com ele "por razões inquestionáveis de segurança, pois acreditam que os organizadores do tribunal tolerarão os depoimentos de elementos relacionados com atos criminosos. A simples suspeita de tais depoimentos é suficiente para justificar medidas drásticas da polícia.



editora brasiliense

NAS LIVRARIAS OU PELO Reembolso Postal Caixa Postal, 30.644 - SÃO PAULO

editora brasiliense



A Revolução Brasileira
Caio Prado Jr.
Análise das perspectivas econômicas e políticas que se apresentam na atual fase da evolução histórica brasileira. Essa análise é feita rigorosamente na base das condições peculiares e específicas da nossa realidade.
Cr\$ 98,00



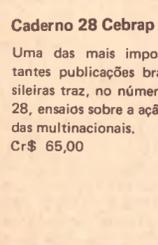
Fome de Lucros
Bernardo Kucinski e R. J. Ledogar
"A leitura de 'Fome de Lucros', farto trabalho de documentação sobre a atuação das multinacionais de alimentos e remédios na América Latina levanta novas dúvidas (Ivan Maurício, Movimento)
Cr\$ 90,00



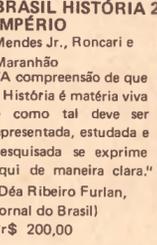
Almanaque 6
Cadernos de Literatura e ensaios organizado por Bento Prado Jr. e Walnice Nogueira Galvão.
"A importância de alguns trabalhos, a instigação fornecida por outros, o prazer da escrita (...) estão presentes com peso."
editora brasiliense



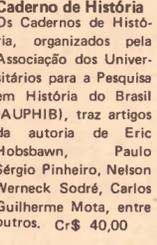
Estado e Subdesenvolvimento Industrializado
Luis C. Bresser Pereira
"É uma volta à discussão do conceito de tecnoburocracia (...) não se trata de legitimar o sistema capitalista, mas justamente de aprofundar a crítica de sua atual configuração."
Cr\$ 180,00



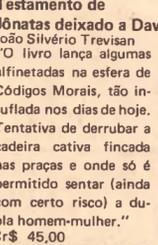
Caderno 28 Cebrap
Uma das mais importantes publicações brasileiras traz, no número 28, ensaios sobre a ação das multinacionais.
Cr\$ 65,00



BRASIL HISTÓRIA 2 IMPÉRIO
Mendes Jr., Roncari e Maranhão
"A compreensão de que a História é matéria viva e como tal deve ser apresentada, estudada e pesquisada se exprime aqui de maneira clara."
(Déa Ribeiro Furlan, Jornal do Brasil)
Cr\$ 200,00



Caderno de História
Os Cadernos de História, organizados pela Associação dos Universitários para a Pesquisa em História do Brasil (AUPHIB), traz artigos da autoria de Eric Hobsbawn, Paulo Sérgio Pinheiro, Nelson Werneck Sodré, Carlos Guilherme Mota, entre outros.
Cr\$ 40,00



Testamento de Jônatas deixado a Davi
João Silvério Trevisan
"O livro lança algumas alfinetadas na esfera de Códigos Morais, tão inflada nos dias de hoje. Tentativa de derrubar a cadeira cativa fincada nas praças e onde só é permitido sentar (ainda com certo risco) a dupla homem-mulher."
Cr\$ 45,00



Amazônia
Fernando Henrique Cardoso e G. Müller
"Uma história subterrânea da Amazônia: a crônica da exploração brutal do trabalho, da base populacional indígena, a forma pela qual são tratados os trabalhadores."
(FOLHA DE SP)
Cr\$ 75,00



Artistas e festas populares
Ensaio de Murilo Carvalho, José Miguel Wisnick, Hermilo Borba Filho, Gilberto N. Galvão sobre a cultura popular.
Cr\$ 40,00



O Povo do Mar
Wilson Rio Apa
"Rio Apa apura neste seu novo livro sua maneira pessoalíssima de escrever, levantando a realidade sócio-econômica e cultural dos povos ribeirinhos, com suas lendas, tradições e problemas."
(Torriero Guimarães, Folha da Tarde)
Cr\$ 85,00



Função do Orgasmo
Wilhelm Reich
Este livro sintetiza o trabalho médico e científico de Wilhelm Reich com o organismo humano em um período de vinte anos, e apresenta todo o desenvolvimento desse trabalho em sua rápida progressão da esfera da psicologia para a da biologia.
Cr\$ 98,00



Aparté

“Toda solidariedade aos colegas indiciados!”

85 entidades estudantis assinam um manifesto em defesa dos indiciados no inquérito sobre a invasão da Universidade Católica de São Paulo.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) da Universidade Católica de São Paulo divulgou no último dia 28 um documento, intitulado “em defesa dos colegas indiciados”, que será encaminhado a órgãos oficiais e entidades de classe, tais como Assembléia Legislativa de São Paulo, Câmara Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Justiça e Paz, bem como a artista e intelectual.

O Documento foi aprovado no dia 21, em Salvador, pela comissão Pró-União Nacional dos Estudantes, tendo sido assinado por 85 entidades estudantis de todo o país. Seguem-se trechos do documento:

“O relatório final do inquérito do DOPS sobre a invasão da PUC, recentemente enviado à Justiça Militar, é apenas mais uma das inúmeras medidas adotadas pelo regime para reprimir o movimento estudantil e a oposição em geral, que, em 1977, conseguiram, importantes avanços na luta pelas Liberdades Democráticas.

A repressão atingiu o auge no dia 22 de setembro, quando tropas de choque dispersaram violentamente cerca de 2.000 estudantes concentrados em frente ao TUCA, jogando bombas, inclusive incendiárias, depredando as instalações da Universidade e pichando a sigla CCC em várias paredes.

Essa violência, premeditada, foi uma represália do regime ao III ENE, realização dos estudantes apesar de todo o aparato policial montado para impedi-lo.

Logo em seguida à invasão, o Dops e a Polícia Federal abriram inquéritos para apurar as responsabilidades pelos acontecimentos. Após três meses de estafantes interrogatórios, realizados a portas fechadas, o Dops concluiu seu inquérito, indiciando 7 colegas na Lei de Segurança Nacional e classificando nossas entidades livres e representativas de “ilegais”.

Esses 7 colegas foram escolhidos aleatoriamente como poderia ter sido indiciado qualquer um dos militantes estudantis que, no Brasil inteiro, manifestaram-se em defesa dos colegas presos no 1º de maio.

Indiciando os colegas e acusando nossas entidades livres e representativas de ilegais, o regime visa intimidar nossa luta por liberdades Democráticas e por nossa livre organização. Mas que moral tem esse regime para acusar alguém de ilegal? A própria Lei de Segurança Na-

cional, pela qual os colegas estão sendo acusados, foi imposta à Nação por uma Junta Militar que tomou o poder à revelia do povo.

Nesse país, onde a Justiça existe para atender aos interesses dos poderosos, as únicas leis que funcionam são as leis de exceção e a lei do mais forte. Processos somem a reaparecem, são adulterados ou arquivados conforme os interesses do regime. Da mesma forma que um honesto cidadão pode apodrecer no cárcere, torturado e sem julgamento, porque um policial achou que ele estava em atitude suspeita, conhecidos torturadores de presos políticos e chefes do Esquadrão da Morte, como Sérgio Paranhos Fleury, o cidadão acima de qualquer suspeita, são promovidos a altos cargos públicos, confiantes na impunidade de seus crimes.

Da mesma forma que um trabalhador é despedido pela polícia porque seu salário nem de longe acompanha o aumento das prestações do BNH, o governo investe bilhões de cruzeiros nos cofres públicos para cobrir falências fraudulentas, sem punir os responsáveis.

Dessa mesma forma, o relatório final da CEI que, após ouvir publicamente todas as partes envolvidas, responsabilizou o cel. Erasmo Dias pelas violências ocorridas durante a invasão, foi cinicamente arquivado pelo procurador geral da Justiça. Esse procurador, após providenciar o engavetamento, foi premiado pelo regime com a promoção a Juiz do Tribunal de Alçada Civil. O réu, impune, foi agraciado pelo ministro do Exército com a Medalha de Pacificador, a mesma atribuída recentemente ao dr. Harry (“onde eu assino?”) Shibata por relevantes serviços prestados durante interrogatórios de presos políticos no DOI-CODI.

Dentro desses quadro todo, quem pode acreditar na honestidade do inquérito do Dops e na imparcialidade da Justiça Militar? Esse processo é um jogo de cartas marcadas, no qual as autoridades policiais procuram, através dos estudantes indiciados, agredir e intimidar toda a população, que hoje luta pelo fim desse regime ditatorial.

Defender esses estudantes é defender a luta por melhores condições de vida e trabalho, pelo fim do arrocho salarial, pelo ensino público e gratuito para todos, pelo fim das torturas.

Toda solidariedade aos colegas indiciados! Pelas Liberdades Democráticas!”

O outro lado da “ofensiva palaciana”

“... o projeto de reformas proposto por Geisel-Figueiredo busca abrir formas seguras de participação para todos os setores da burguesia”

“Companheiros: o artigo sobre a “Ofensiva Palaciana” (EM TEMPO, nº 1), discutindo o processo sucessório e a crise política parece conter uma visão bastante simples e instrumentalista sobre o Estado, que acaba conduzindo a conclusões erradas sobre a atual crise política, a ponto de afirmar que “as disputas no interior do bloco dominante se dão fundamentalmente em torno da forma que deve assumir a participação popular”.

Isto se deve ao fato que ele parte do pressuposto que “as classes dominantes nunca se deixaram incomodar pelas questões de mera administração do Estado, preocupadas que estavam em colher os frutos dessa administração” (Ora, nós sabemos que as sucessões presidenciais jamais ficaram restritas aos “marcos castrenses”, pois nelas não só entram em jogo os interesses dos diversos setores da burguesia como também está presente o problema da estratégia da dominação burguesa no Brasil (por ex., frente ampla com Lacerda). Isto porque, participar diretamente do poder político não é simplesmente uma questão de administração do aparelho do Estado, significa, também, direcionar o desenvolvimento capitalista da sociedade.

Sendo assim, sempre foi para a burguesia um “sacrifício” ter que abrir mão da participação direta no poder, sendo obrigada a criar canais alternativos e, neste processo, o seu setor associado foi que acabou ditando as regras do jogo e construindo uma hegemonia política, não só sobre os demais setores burgueses, como também sobre a sociedade.



Assim, o Estado não estava só mantendo a ordem, mas também promovendo o desenvolvimento capitalista, o que lhe permitiu conseguir uma certa base de legitimidade até frente a alguns setores das classes médias, tão logo este quadro começou a se alterar (fim do “milagre”) se dá a falência dessa hege-

monia e os vários setores da burguesia passam a reivindicar maior participação nas decisões.

Portanto, podemos perceber que o projeto de reformas políticas proposto por Geisel-Figueiredo visa a restauração da hegemonia perdida e para isso busca abrir formas seguras de participação para todos os setores da burguesia, pois este é o centro das disputas no interior do bloco dominante e não, como conclui o artigo, que as disputas “... se dão fundamentalmente em torno da forma que deve assumir a participação popular”.

A questão central é que, dadas as atuais condições de rearticulação dos setores populares, a busca, dos diversos setores da burguesia, por canais institucionais de participação tem que, necessariamente, se dar considerando essa nova força social, ainda que ela seja tímida. Portanto, do ponto de vista do polo dominante, trata-se de promover algumas alterações políticas que, ao mesmo tempo, permitam uma maior participação dos setores da burguesia e sejam suficientemente estreitas para impedir a participação dos demais setores sociais, principalmente os trabalhadores. O que não quer dizer, obviamente, que as reformas não mudarão o regime.

Sendo assim, cabe aos setores populares atuarem ativamente na conjuntura para denunciarem os estreitos limites do projeto Geisel-Figueiredo e, ao mesmo tempo, imporem suas alternativas próprias”.

José Luiz Administração de EM TEMPO - São Paulo (SP)

Eurocomunismo não leva ao Socialismo. Por que?

“Em Tempo: o artigo de Giuseppe Boffa sobre o Eurocomunismo (EM TEMPO, nº 1) nos oferece uma boa oportunidade para checar o que o PCI diz, à luz do que ele faz. Sua prática, desde as eleições de julho de 76 (quando obteve 34,4% dos votos contra os 39% dos democratas-cristãos) demonstra com mais força do que qualquer discussão teórica a distância, cada vez maior, entre a transformação socialista da Itália e a tática do PCI. Mesmo que este chegue ao poder em breve.

O resultado eleitoral de 76 foi, sem dúvida, uma vitória dos comunistas. A DC não poderia formar um governo de maioria sem o PC, mas se recusava a governar com ele. O PC, por outro lado, tinha um peso considerável para forçar a DC a aceitar pelo menos parte de um programa de reformas estruturais ou, no caso de sua recusa obstinada, deixar claro para toda a sociedade quem estava “tornando a Itália ingovernável”. Mas, ao contrário, para ser coerente com a estratégia do “Pacto de Unidade” que Boffa defende, o partido empenhou todos os esforços para estabelecer um acordo político formal com a DC e passou sistematicamente a se abster de votar no parlamento para não votar contra ela. Citemos alguns exemplos: O governo modificou o mecanismo de reajustamento do custo-de-vida (a

“scala mobile”) que protegia os trabalhadores mais organizados. Vários sindicatos se opuseram mas ficaram de mãos amarradas por causa da posição assumida pelo PCI que simplesmente deixou a medida passar. Como sucessivamente deixou passar a elevação dos preços controlados de muitos bens de consumo básicos e dos transportes coletivos.

A polícia italiana decidiu pelo voto a organização de um sindicato e a sua filiação à maior confederação nacional de sindicatos. Quando a DC se opôs, porque sabia que isto poderia levar a uma aproximação da polícia com os trabalhadores, o PCI desistiu de defender a proposta “pelo momento”.

O acordo entre os dois partidos, finalmente concluído em junho de 77 é outro exemplo dos custos da “via italiana para o socialismo”. A DC conseguiu reduzir ao mínimo as cláusulas propostas pelo PCI e impôs as principais medidas que desejava. Inclui por exemplo a permissão para que a polícia prendesse suspeitos por 48 horas sem mandato judicial e que os interrogados sem a presença de advogados. Outras medidas introduziram o congelamento dos salários dos funcionários públicos e o pagamento de vários medicamentos anteriormente gratuitos. A seção econômica do acordo

reafirma a aceitação das condições impostas pelo FMI à Itália: austeridade para reduzir a inflação e o déficit do Balanço de Pagamentos, corte dos gastos públicos, rebaixamento do preço da força de trabalho, etc. (Ver artigo de Joanne Barkan, em Monthly Review, novembro de 77).

Nesse ano e meio, o “compromisso histórico” do PCI levou de fato a um fortalecimento da DC que, embora com grandes dificuldades, conseguiu governar muito melhor do que ela própria esperava. E levou ainda ao arrefecimento da combatividade pelo menos do movimento sindical. Um bom exemplo está no ridículo da situação do último dia 25: Luciano Lama, secretário de uma das maiores confederações sindicais italianas e membro do PCI declarou para a imprensa: “Uma vez confirmada uma situação de crise, as fábricas não serão obrigadas a manter indefinidamente o pessoal excedente”. Até a DC ficou contra e o único apoio que Lama recebeu foi o de Paolo Boffa que considerou a entrevista “belíssima e corajosa” já que tal procedimento “estimularia os investimentos, a concorrência e portanto o nível de emprego.” Para quem não o conhece, Paolo Boffa é o presidente do Banco da Itália”.

Virginia Pinheiro Sucursal de Belo Horizonte (MG)

Da social-democracia à Revolução Russa

“Pessoal: De início queremos ressaltar que a franqueza com que vamos escrever é uma prova de respeito pelos articulistas. Achamos que é a partir dessa franqueza que poderemos refletir politicamente.

1. O artigo de João Machado sofre as limitações de espaço que diminui a sua possibilidade de explicitação. Em duas colunas (pequenas) vai-se da fundação da social-democracia à revolução russa. Para quem não conhece o assunto, o texto em nada contribui. Por exemplo: Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht não são mencionados, pouco se falando de sua atuação.

Fala-se muito rapidamente de que apenas a URSS chega em 1923 como país revolucionário e diz-se, em seguida, que a orientação da III Internacional estava “calcada na ideia de que a revolução russa seria apenas a primeira de uma série de revoluções vitoriosas na Europa.” Sim, é certo, mas isso tem maior validade entre 1919 e 1922, pois após esse período a tônica é a defesa internacional da revolução soviética.

O autor fala do processo de burocratização da URSS e do seu progressivo afastamento do campo da revolução. Sim, é certo, mas a generalidade da afirmação leva a que quem quiser acreditar que acredite. Ora, onde estão, as lutas políticas na URSS? Como se deu o processo que Machado assinala? É preciso explicar, não basta afirmar. De passagem, Machado destila um pouco do seu “venozinho ideológico” ao afir-

mar que Bettelheim é um defensor moralizador de Stalin. Processo politicamente desastroso o de queimar alguém sem nenhum escrupulo. Onde estão as provas? Dadas as características de EM TEMPO, atitudes como essa são indesejáveis. Ataque-se! mas fundamentalmente se as afirmações.

Após passar com uma ligeireza assustadora pela guerra civil espanhola e pelo Chile de Allende em apenas um parágrafo (!), Machado compara o comunismo russo e a social-democracia como perigos para quem quer transformar a sociedade em profundidade. O comunismo russo é apresentado maniqueísticamente. E, correlatamente, o fato do “eurocomunismo” criticar esse comunismo russo já é visto como “sem dúvida favorável a transformação social”. Lembremos que a desestalinização foi feita por estalinistas inclusive Togliatti, pai de uma vertente eurocomunista. O artigo tem, pelo menos, o mérito de compensar o triunfalismo do artigo de Boffa, embora o seu texto seja apenas uma contraposição e não uma explicação.

2. Já o artigo de Boffa merece uma outra ordem de considerações. Ele não vai muito além de uma apologia de Togliatti e deixa muito a desejar quando se pensa em que deveria esclarecer o eurocomunismo.

Afinal, o que é eurocomunismo? Reduz-se às chamadas “vias nacionais”? Se é só isso, resta perguntar: como e porque só depois da morte de

Stalin, Togliatti coloca a nível internacional questão da via nacional? Como e porque os PCs se congelaram (na linguagem de Machado)? Na realidade, a questão continua a merecer um encaminhamento mais sério que o artigo de Boffa.

EM TEMPO deveria tentar fazer uma matéria mais informativa e mais analítica. Boffa nos é apresentado como “teórico do comunismo italiano”, o que não podemos verificar através desse artigo. Por enquanto, ficamos por aqui esperando a publicação desta e atentos para se for o caso - continuar a enviar a nossa participação em forma de críticas.”

Petrônio Ferreira Campinas (SP)

“Podem contar comigo”

“Pessoal: Para mim, que estou fora do Brasil há 28 meses, tenho que admitir que as coisas por aí não parecem mais as mesmas, apesar de ainda continuarem pretas (...).

Podem contar comigo no que puder ser útil, especialmente para a cobertura de assuntos relacionados com a “sede do império” e a América Latina. Estou especialmente interessado em Economia, mas a entendo como uma tentativa de interpretação dos processos de expansão do sistema capitalista, que se propaga não apenas em esferas puramente econômicas, mas incorpora aspectos políticos, sociais e ideológicos bastante importantes”.

José Sérgio Azevedo (ERUU)

Carta da Prisão

“Amigos: “O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções... Completa-se a emancipação da inteligência e começa a dos povos. O direito da força, o direito da autoridade bastarda consubstanciada nas individualidades dinásticas vai cair. Os reis já não têm púrpura, envolvem-se nas constituições. As constituições são os tratados de paz celebrados entre a potência popular e a potência monárquica... O talento sobe à tribuna comum; a indústria eleva-se à altura de instituição; e o titão popular, sacudindo por toda a parte os princípios inveterados das fórmulas governamentais, talha com a espada da razão o manto dos dogmas novos. É a luz de uma aurora fecunda que se derrama pelo horizonte. Preparar a humanidade para o sol que vai nascer - eis a obra das civilizações modernas”. Assim escrevia Machado de Assis, em 1859, no seu trabalho “O Jornal e o Livro”.

Preparar para o sol que ainda vai nascer - eis a obra que se nos apresenta. Nesta preparação trouxe alento a notícia de que um novo jornal estava em gestação.

O elogio é fácil e nele não pretendemos ficar apenas. A crítica é melhor colaboradora. Começemos pela diagramação e apresentação do jornal. Não somos técnicos e pouco entendemos de arte gráfica, mas vimos de positivo que o jornal é fácil de ser lido e acessível para qualquer pessoa, mesmo para os que ao fim do dia estão cansados de uma jornada estafante de trabalho, e esses são os que importam mais. Pareceu-nos que se pretende evitar os artigos longos e cansativos. Isso é bom. Porém é importante se notar que o jornal precisa de um bom revisor. Quanto ao resto acho que o jornal inovou no bom sentido de melhorar a nossa imprensa opinativa. Destaca-se a preocupação salutar, com os problemas das massas trabalhadoras (...). Porém é necessário ir à fonte e pesquisar os reais problemas a serem abordados.

Em particular gostamos da matéria acerca dos presos políticos. Temos uma ressalva apenas: na cronologia das greves de fome omitiu-se a greve feita por nós, presos políticos de São Paulo, durante 6 dias em 1974 (outubro/novembro) na Penitenciária do Estado e onde foi obtida uma das mais expressivas vitórias na luta permanente dos presos pelo respeito aos seus direitos. Quanto aos editoriais, especialmente o do número zero nos pareceu excelente, deixou claro os objetivos a que o jornal se propõe. Falamos que iríamos fazer críticas e acabamos apenas elogiando. Fica isto por conta do entusiasmo e alegria com que recebemos EM TEMPO. Voltaremos a escrever, quando tentarmos modestamente colaborar com a nossa crítica”.

Altino Rodrigues Dantas Jr. Presidência do Barro Branco - São Paulo (SP)

Recado ao leitor

1 - “Aparté” é uma página aberta à manifestação dos leitores, sejam eles de fora ou de dentro de EM TEMPO. Aqui, pretende-se publicar cartas, documentos etc, incluindo pequenos textos feitos por nossos correspondentes efetivos ou eventuais. Interessamos especialmente os comentários críticos sobre o que temos editado, assim como as (possíveis) sugestões gerais. “Aparté” é também um lugar de debates. Ou um ponto-de-encontro entre leitores e trabalhadores do jornal.

2 - Iniciamos agora (fevereiro) a nossa campanha de assinaturas. Cr\$ 450 a anual, Cr\$ 230, a semestral. Dê-nos uma força, fazendo sua (s) assinatura (s). E passe adiante nosso recado. Ajude-nos a construir — e consolidar — um jornal independente, democrático, cujo compromisso é o de subsidiar, através das ideias que divulga, o desenvolvimento e a articulação dos setores mais consequentes da oposição.

Errata

Por uma falha editorial publicamos erradamente uma linha do 3º parágrafo da matéria “A campanha de Magalhães, ou de como envolver os liberais”. (EM TEMPO, nº 1, pg. 4). Onde se lê “Esta agremiação cumpriria importante papel na instabilização do governo” (...), leia-se “Esta agremiação cumpriria importante papel na estabilização do regime” (...)

Correspondências para: rua Alvaro Annes, 43, Pinheiros, São Paulo - CEP: 05421.

A questão operária e o papel de Lula (um liberal?)

“Redação de EM TEMPO: “(...) Sabe-se que nos quadros sindicais encontram-se hoje dirigentes de vários tipos. Uns totalmente contrário a qualquer mudança que seja. Outros, um tanto quanto liberais, de vez em quando (conscientemente ou não) que possibilitam algum avanço na luta pelos direitos dos trabalhadores.

Luis Inácio, o Lula, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP), é um dos dirigentes sindicais que pode ser identificado como sendo do segundo tipo (liberal). Achamos, pois, que a matéria “Reposição: a luta já pegou no breu” (EM TEMPO, nº 0), por não deixar clara esta questão foi, em nossa opinião, incorreta. Nada de mais, se o jornal se pautasse pelas opiniões de Lula expressas em diversas entrevistas. Suas palavras, justas e adequadas à situação, chegam a ser até mesmo bastante es-

clarecidas se as remetentes à um futuro que pretendemos transformado.

Contudo, durante a luta pela reposição salarial, agora empreendida em todo o país, sabe-se que sua prática foi, como a de outros dirigentes sindicais, desmobilizadora. Enquanto as oposições sindicais encaminhavam convocações de assembleia de fábricas (forma de organização independente), estes dirigentes propunham o dissídio coletivo (...) e, seguida, mesas redondas com os empresários, colocando a discussão e a decisão sobre a reposição salarial em suas mãos (...).

Por isso mesmo, achamos não ser este o momento de elogiar o Lula, nem de atribuir a ele bandeiras de luta que, como demonstra a sua prática, não são efetivamente suas. É bom que estejamos alertas em relação às conciliações que, em momentos como este, sempre acontecem. O momento (é a isto que se propõe o jornal em seu programa) é de esclarecer o melhor possível as diversas facetas da luta pela livre organização dos trabalhadores (...)

No mais, fica nosso reconhecimento pelo bom trabalho de pesquisa feito pelo pessoal responsável pela matéria, que teria outra força se tivesse melhor montagem final”.

Paula Regis Junqueira e Paulo Cesar de Lara Sucursal de Belo Horizonte (MG)

Como tratar a contradição: mundo adulto X mundo infantil

“Prezados: Lendo em seu nº 1 o artigo “Vinde a mim as crianças”, de Ethel Leon, vejo-me obrigada a fazer alguns reparos ao que me pareceu uma pseudo-ocupação com a criança. Tendo experiência em Educação já há 10 anos, sei no artigo um precário conhecimento de que seria o “mundo infantil” e, um ímargo conhecimento do “mundo adulto”. Esta transparece no radicalismo ideológico da autora a tal ponto que a az aplicar um modelo rígido (capitalismo, opressão, sistema de exploração, atonalismo, condições morais desfavoráveis) a toda uma vivência (mundo infantil) que, a despeito de qualquer stema à sua volta, existe e se faz no dia a dia com uma força tal que ignora e scapa, por vezes, à própria opressão ue lhe é imposta.

Igualmente rígida é a afirmação de ue a divisão mundo adulto/mundo infantil tem a idade do capitalismo. A própria expressão mundo infantil só

teve lugar quando se descobriu que a criança existia; veio em contraposição ao mundo adulto, até então único vigente. A divisão foi necessária, marcante, dialética. E não consta que tenha sido trazida pelo capitalismo. O que ele nos trouxe hoje, como consequência, foi uma exploração comercial do mundo da criança, o desrespeito à criança como pessoa.

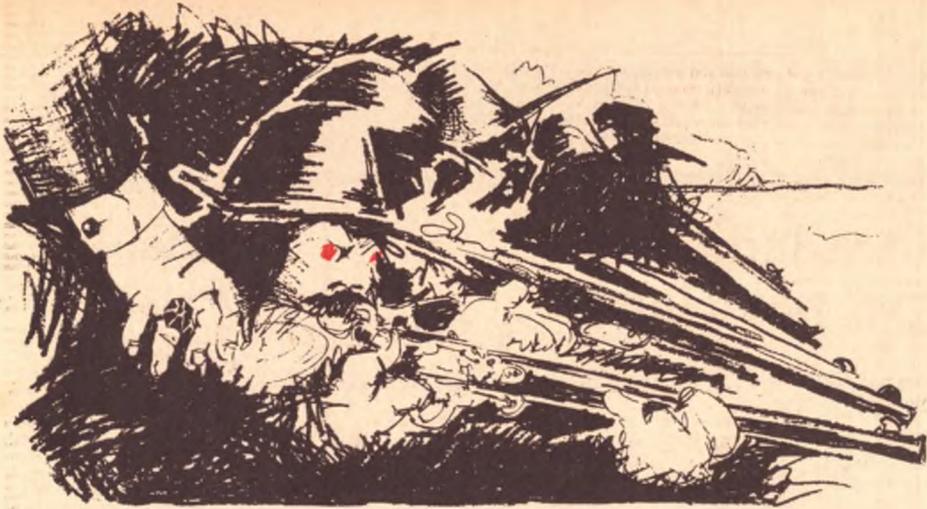
Por outro lado, sociedades como a chinesa e a indígena são citadas como não contendo em si a divisão. Talvez o que não exista nelas seja apenas a exploração comercial do mundo da criança pois que divisão existe de qualquer maneira: para os índios inclusive, a importância da passagem dos corumins à idade adulta é tão grande que existem rituais especiais para isso.

Além disso, o artigo sugere que a “divisão” não existe quando a criança participa da vida adulta desde cedo (desde 1 ano no caso dos super-háveis chineses). Não seria isto colocar o estruturado mundo adulto como única possibilidade válida de vida? Não seria ignorar a criança novamente? (...).”

Mª Beatriz P. Dias - ARVOREDO - grupo de Educação São Paulo (SP).

EXCLUSIVO

GRILAGEM-BAHIA, CASO EUGÊNIO LYRA.



O que acontece a um jovem advogado, de menos de 30 anos, que se decide embrenhar nas profundezas do Médio São Francisco, na Bahia, com o propósito de defender os posseiros da região? Essa é a resposta que Lúcia Maria Lyra, mulher de Eugênio Lyra, assassinado a 22 de setembro passado, dá nessa entrevista exclusiva a EM TEMPO. Enquanto ela falava, eu pensava em sua força, uma força que ela adquiriu no trabalho lado a lado com seu marido, via sua tristeza, talvez acrescida pelas lembranças, sempre presentes, de Eugênio: sua dedicação, seu amor pelos que lutam contra as investidas dos capitalistas da região, suas poesias de amor e de combate.

Sim, bom poeta, com dois livros publicados, um terceiro perdido entre papéis manuscritos, nas mãos de Lúcia. Poeta de coragem que não pensou duas vezes para aceitar o convite da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia e ir para Santa Maria da Vitória, a mil quilômetros de Salvador, centro de uma área onde a expansão da grilagem é o seu traço característico, onde o boi expulsa o homem, onde os grandes investimentos acabam com a pequena posse.

“Certos serão aqueles que não disserem: - Me entrego.”



Assassinado a 22 de setembro de 1977 em Santa Maria da Vitória, Bahia, o advogado Eugênio Lyra - contratado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura para defender os posseiros, foi uma das grandes vítimas dos grileiros que através da violência

abrem caminho para a penetração do grande capital no Além São Francisco. Em depoimento exclusivo, Lúcia Lyra, mulher e companheira de Eugênio, denuncia os responsáveis pelo assassinato e os outros crimes cometidos em nome da expansão agrícola.

O Médio e o Além São Francisco, na Bahia, constituem hoje o palco de uma luta desigual, opondo, de um lado, os capitalistas, que, através dos créditos oficiais e pelas facilidades proporcionadas em razão dos investimentos governamentais na infraestrutura da região, instalam amplas fazendas de gado na área e, de outro, os posseiros, velhos ocupantes da terra, que são tangidos para fora dela sob a ação de métodos os mais violentos.

E ela o pistoleiro, figura já esquecida em muitas áreas do Brasil, ainda encontra um mercado de trabalho promissor. Foi pelas mãos de um deles que os investidores da região mataram Eugênio Lyra, uma empreitada, que, concluída, custaria Cr\$ 40 mil. Esse o preço da vida de um homem em que, enquanto vivo, não regateou esforços para ajudar aqueles que atualmente são esmagados pelo capital.

ca, falando principalmente do que era praticado pela família Fê Souza, isso por volta de agosto de 1976.

No dia em que vim dar entrada num documento na Polícia Federal, eu acabei sendo ouvido durante duas horas e eles dizendo que o sindicato era subversivo mesmo, acusando o presidente do sindicato, perguntando se o sindicato tinha condições de pagar advogado e afirmando que tinham muita documentação contra o sindicato. Diante disso, quando vi a PF chamando os posseiros de invasores, pedi a petição de volta, alegando que as portas estavam fechadas para os trabalhadores. O superintendente me disse que não fazia isso porque a condição da PF era preservar a ordem política e social e que ele iria - ou mandaria um agente - fazer uma visita à cidade. E de fato ele foi, mas, pra fazer uma sindicância sobre a vida de Eugênio.

ET - Você poderia lembrar os principais problemas enfrentados?

L - Bem, desde o início enfrentamos problemas. Na defesa de posseiros, tivemos de impedir ações contra a família Fê Souza, Valdeley de Lima Rios, Jener Pereira Rocha, Alberto Nunes, a empresa do grupo da Tribuna da Bahia, jornal de Salvador, que é a Coribe Agropecuária S/A. Essa última está grilando muita terra na região e tem um gerente, um tal de Chico Velho, que na época de uma grilagem na área de Canabrava, atirou num camarada de lá.

ET - E o sindicato, Lúcia, como era?

L - O sindicato sempre foi bom. E que o pessoal não tinha mesmo condição, por falta de recursos, de atender melhor aos casos. Agora, quanto aos trabalhadores, quando chegamos lá, percebemos que eles consideravam a grilagem um problema individual, de Joaquim, de José, de Pedro. Mas, depois foram tomando consciência de que era um problema de todos e que, portanto, todos estavam sujeitos a serem grilados. E começaram a se reunir.

E as coisas começaram a engrossar, a violência a aumentar.

“Prefiro mil vezes o que estou passando a ter tido um companheiro salafário que abdicasse de seus princípios. Minha filha Mariana nunca se envergonharia do pai que teve.”

ET - Foi quando ocorreu a primeira tentativa de invasão da residência de vocês?

L - Sim, isso foi no dia 20 de março de 1977. O Agostinho Alexandrino de Souza estava grilando terras no Furado do Pires, um local que se constitui numa verdadeira comunidade. Num primeiro momento, o pessoal ficou amedrontado, mas chegou um instante em que os trabalhadores começaram a ficar destemidos e a derrubar as cercas feitas nas terras que ocupavam, a se recusar a sair delas. No dia 19, no mercado, o “grileiro” agrediu um dos trabalhadores, o Joaquim Manoel Dourado, e disse que tinha 12 balas para o barbudo - o barbudo era Eugênio. E no outro dia, tomou os pileques deles e de noite foi invadir nossa casa.

Alexandrino chegou à frente da casa e disse que queria conversar com Eugênio, que, vendo a embriaguez em que ele se encontrava e já sabendo da ameaça, resolveu não abrir a porta. Nossa porta estava trancada e os dois pastores alemães que tínhamos e que impediram que ele invadisse a casa. O grileiro estava armado, mas antes de chegar à nossa porta, entregou a arma pra um de seus comparsas. E no outro dia eu soube que a trama era essa: ele, bêbado, provocava Eugênio; este reagiu e o outro, a pretexto de defender Alexandrino, mataria Eugênio. Era a primeira tentativa, que fracassou. Apresentamos uma queixa-crime, que não teve maiores consequências.

ET - E a morte de Basílio Caldeira, Lúcia?

L - Os gerentes dos fazendeiros de lá são jagunços, homens de reconhecida periculosidade. Um dos fatos mais graves que ocorreram na área, em 1976, outubro, foi a morte de Basílio Caldeira, na fazenda de Luis Américo Lisboa. Ele estava se recusando a vender sua terra e por isso foi

assassinado. Basílio saiu do povoado de São Félix, distrito de Santa Maria da Vitória, no dia 2 de outubro, vindo da feira e foi para casa. Essa foi a última vez que ele foi visto. Então, quando deu de noite a família já começou a se preocupar e até o dia 6 de outubro era todo mundo procurando o Basílio, até que o Eurico Santana Lima, o gerente de Luis Américo, procurou dona Ceci, a viúva, e disse-lhe que o cadáver de seu marido estava numa subida horrível. Quando ela chegou lá estavam o delegado de Santa Maria da Vitória, na época o tenente Joaquinzinho, o médico, Paulo Roberto, que estava respondendo a uma queixa-crime, e o soldado Fernando, que foi tirado de lá por ter matado duas pessoas no Pingo D'Água, o meretrício da cidade. A viúva reclamou o cadáver, mas o tenente disse que ele não tinha morrido de morte matada, mas de colapso e no atestado de óbito disseram que Basílio já tinha até estado em clínica psiquiátrica em São Paulo. Pedimos a exumação, que acabou sendo feita sem a presença da família da vítima ou do advogado. E tudo indicava crime: no local, foram encontradas as compras dele jogadas pelo caminho, cordas, pedaços de pau.

“Os trabalhadores foram todos tomando consciência de que o problema de um era o do outro. Que todos estavam sujeitos à grilagem.”

ET - O Luis Américo Lisboa e seu capataz Eurico são pessoas conhecidas em toda a Bahia. Tem os assassinatos do Eurico e as armas da fazenda do Lisboa...

L - Bem, em agosto de 1977, esse mesmo Eurico, gerente da Camacran Agropastoril S/A, empresa de Lisboa, assassinou Joaquim Neris Santana e feriu o pai do morto. E até hoje não foi punido. Para o caso da morte do Basílio, a Secretaria de Segurança Pública tinha nomeado um delegado especial, muito integro, tenente Antônio da Paula Rodrigues, mas ele, depois de certo tempo, desistiu. Ele é quem pediu a exumação do cadáver de Basílio. Soube extra-oficialmente que a Secretaria de Segurança Pública se recusou a mandar um novo delegado especial para reinvestigar o caso de Basílio, apesar de o promotor de Maria ter solicitado.

E a história das armas na fazenda do Luis Américo Lisboa é que logo depois do assassinato praticado pelo Eurico, gerente dele, a polícia foi procurá-lo na sede da Camacran Agropastoril e lá encontrou um verdadeiro arsenal: um rifle marca Rossi, calibre 38; um rifle da Tchecoslováquia, longa metragem, calibre 22; outro rifle marca Rossi, calibre 22; um rifle Caraburu, calibre 22; uma espingarda de dois canos, de marca estrangeira, calibre 12/79, várias caixas de balas de todos os calibres e mais uma infinidade de armas. E eu soube que havia muito mais do que o que constou do auto de busca de apreensão, inclusive armas privativas das Forças Armadas.

Para tomar terras, eles fazem de tudo. Os “grileiros” Alberto Nunes e Valdeley de Lima Rios, por exemplo, combinaram unir as fazendas, expulsando os posseiros que ficavam entre as duas, na região de Serra Pintada. No dia 10 de abril eles foram fazer uma segunda investida para expulsar os posseiros dessa área, com um trator, estando presente, entre outros, o jagunço do Alberto Nunes, chamado Zé Pequeno e o subdelegado que está envolvido na morte de Eugênio, Abílio Antunes de Oliveira, na época delegado. Quando o tratorista ia entrando, umas 30 mulheres e crianças se plantaram de frente para o trator e disseram que se passaria se fosse por cima. E o delegado ordenou que o trator avançasse. Um dos praças perguntou se ele estava maluco e o tratorista não obedeceu, senão... ET - E a trama toda pra matar Eugênio?

viu, depois, para assassina-lo. Ele chegou a comentar sobre essa arma comigo e com o Cadu, Cláudio da Silva Nery, presidente do Sindicato de Santa Maria. Eles acreditavam ser importante eliminar Eugênio, porque ele estava se constituindo num obstáculo para a tomada de terras na região. E no dia 28 de setembro, ele iria depor na CPI da Grilagem, em desenvolvimento na Assembleia Legislativa da Bahia.

Os posseiros passaram a confiar mais em si mesmos depois da presença de Eugênio e o sindicato já estava com mais de dois mil associados, que aumentaram depois da morte dele. Eu sabia que em fevereiro de 1977, em Mairi, terra de Valdeley, o “grileiro” já havia apresentado Wilson Gusmão, o pistoleiro que matou Eugênio, a uma pessoa dizendo que em Santa Maria tinha um advogado que precisava morrer. Mas tem ainda um outro fato que precisa ser lembrado: é o que ficou conhecido como o **COQUETEL DOS GRILEIROS**, promovido pela Coribe Agropecuária S/A, poucos dias antes do assassinato de Eugênio. O coquetel era comemorativo do projeto agropecuário da empresa e até nós fomos convidados a estar presentes, mas nos recusamos.

Até o Joaci Góes tido como acionista majoritário do grupo e proprietário do Tribuna da Bahia, veio de avião para o coquetel. Estavam presentes todos os grileiros da região e no seu decorrer o Valdeley de Lima Rios fez um discurso violento contra Eugênio. Ainda durante o encontro - que foi na Associação Atlética Banco do Brasil, no dia 16 de setembro - o Valdeley teria dito, alto e bom som, que o homem deveria morrer, referindo-se a Eugênio. No dia 20 de setembro, a Tribuna da Bahia publica uma nota dizendo que Eugênio e Padre Augusto, de Santa Maria, eram os responsáveis pela agitação existente na área. Então, para mim é muito difícil crer que os únicos responsáveis pela morte de Eugênio, além do pistoleiro, sejam Valdeley de Lima Rios, João Costa, Abílio Antunes de Oliveira, Cantídio de Oliveira, o Zé Pequeno e Alberto Nunes, que não são os maiores investidores da região.

“A polícia federal foi até Santa Maria da Vitória, mas para fazer uma sindicância na vida de Eugênio.”

ET - E no dia 22 de setembro, assassinaram o Eugênio em praça pública.

Lúcia - Antes de falar na morte quero lembrar que o João Costa, um dos implicados diretos, afirmou sutilmente que o delegado Regional, Eymard Portugal, também estaria envolvido na morte de Eugênio. Para que o pistoleiro matasse Eugênio, segundo os próprios autos, houve preparo psicológico e tudo. O João Costa, que é macumbeiro, realizou uma sessão no hotel Souza, juntamente com o Wilson Gusmão, o Zé Pequeno e o Valdeley. E aí jogaram um pó chamado “Abre Caminho” no corpo de Wilson. Foi também preparada uma cera das sete encruzilhadas, tudo para dar coragem ao pistoleiro, isso sem contar a “Oração do Pistoleiro” que ele já trazia consigo. A oração é de São Jorge e tem de ser assinada por uma mulher para dar sorte. E, depois de tudo isso, mais ou menos às 19 horas do dia 22, quando Eugênio ia saindo da barbearia, praticamente à queima-roupa, depois de ter andado atrás de Eugênio por uns dois dias, o pistoleiro o matou. Ele já caiu morto.

Wilson Gusmão tinha certeza de que Eugênio era um homem ruim e só começou a falar e a denunciar os que ele sabia envolvidos depois que foi informado que ele era bom. O Valdeley, dono da arma que serviu para matar Eugênio está solto até hoje e eu não sinto qualquer preocupação por parte da polícia em prendê-lo. E ele preso deverá falar muita coisa. O pistoleiro foi preso na entrada da fazenda do Alberto Nunes, onde certamente iriam matá-lo porque o plano era não deixá-lo vivo.

“No coquetel dos grileiros um deles disse que Eugênio deveria morrer.”

ET - Dizem que a população se colocou em frente à Delegacia com medo de que os presos fugissem...

L - Depois que Eugênio foi enterrado em Bonfim, que era sua terra, eu voltei de Salvador com o Delegado Especial destacado pela Secretaria de Segurança Pública, Armando Ulm, e vários investigadores. O clima de desconfiança em relação ao Delegado Regional, Eymard Portugal, era tão grande que a população realmente resolveu se concentrar em frente à delegacia com medo de que se desse fuga aos presos. Eugênio morreu na quinta. No sábado, teve uma missa. Na terça seguinte, eu cheguei lá e quarta e quinta houve passeata dos estudantes, que pediam justiça. E no sábado teve uma passeata de cerca de dois mil lavradores. Eugênio não era querido só pelos posseiros, mas por toda a população que não tinha intenção de roubar terra dos outros.

Agora, a desconfiança da população em relação ao Delegado Regional, Eymard Portugal, tem razão de ser. Quando eu já estava lá, de volta, me apresentaram um auto de reconhecimento de arma com data do dia 24, quando eu fiz o reconhecimento da arma no dia 23. Eu me recusei a assinar. Ele fazia isso exatamente para descaracterizar o flagrante. Hoje o processo está em fase de instrução. Eu acho que as dificuldades são muito grandes e tudo ficará no ponto em que está se não prenderem o “grileiro” Valdeley, que pode até ser morto por aqueles que estão envolvidos e ainda não foram denunciados. De minha parte, enquanto eu não souber que ele está morto, vou continuar nisso até o fim porque eu acho que tem muito mais gente metida no assassinato.

Eu reconheço que o juiz de Santa Maria da Vitória, Carlos de Souza Sibirio Neto, é um homem integro, correto mas, as coisas não dependem somente dele. Ao final de tudo isso, eu quero dizer que prefiro mil vezes o que estou passando, ter visto o que vi, tudo a ter tido um companheiro salafário, que abdicasse de seus princípios para se promiscuir com esse tipo de gente que preparou a morte dele. Ando de cabeça erguida, tenho a solidariedade de milhares de pessoas, não só da Bahia. Recebi cartas de lavradores que me pediam pra continuar a luta do Eugênio. Os colegas do Fórum de Ipiá, interior da Bahia, inauguraram uma sala com o nome dele. A Biblioteca de Vitória da Conquista tem o nome de Eugênio. E Mariana nunca se envergonhará do pai que teve.



Criando sindicatos em vilarejo; como o de Descoberto, Eugênio Lyra, desafiou os grileiros. I por isto, morreu.

Antonio Dias



Lúcia Lyra: tem muita gente envolvida no assassinato do Eugênio.

Em Tempo - Vamos falar de Santa Maria da Vitória, da decisão de vocês irem para lá.

Lúcia - Já sabíamos perfeitamente que a região era a preferida dos grileiros, que para lá se deslocavam capitais de todo o Estado que, por isso, era muito violenta. Começamos em abril de 1976, antes mesmo de rescindirmos todos os outros compromissos, efetivando um contrato de três meses apenas. Mas gostamos e resolvemos ficar por lá. De início, Eugênio ficava responsável pelos sindicatos de Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Santa e Serra Dourada. Ficamos apenas com os dois primeiros, contratados pela Fetag.

ET - Quais foram as primeiras investidas dos grileiros sobre Eugênio?

L - Eugênio chegou a Santa Maria da Vitória, uma cidade que hoje deve ter uns 30 mil habitantes, no dia 4 de abril de 1976. No dia 5 foi abordado pelo Geraldo Fê Souza, um dos grileiros da área. Com uma conversa mole, ele foi dizendo que sabia que Eugênio era advogado do sindicato, que estava lá com uns invasores - ele chamava os posseiros de invasores - e, de repente, lá veio a proposta de suborno, prontamente repelida.

O Geraldo Fê Souza é muito ligado ao Valdeley de Lima Rios, um dos mandantes do assassinato de Eugênio. Depois da negativa, eles dois começaram a vir à Polícia Federal para denunciar Eugênio como subversivo. Ai, nós começamos a, também, nos dirigir aos órgãos de segurança, dando conta da situação da área. Eu tenho cartões de protocolo. Nos oficiais denúncias à VI Região Militar, Polícia Federal e Secretaria de Segurança Públi-